

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 002

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde, autoridades presentes, senhoras e senhores.

Declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir o modelo atual de transporte escolar.

Convido para compor a Mesa os Exmºs Srs. Deputados Estaduais J. Barreto e Eliene.

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades: Sr. José Maria Rodrigues, Coordenador Geral do Programa de Transporte Escolar, Saúde e Uniforme, do Ministério da Educação; Srª Alaídes Alves Mendieta, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Sr. Júlio César Martins Viana, Presidente do SINTEP/MT; Sr. João Márcio de Oliveira, Secretário Municipal de Educação de Santo Antônio do Leverger, representando a UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Ainda não temos entre nós a presença de um representante da AMM-Associação Mato-grossense de Municípios e nem da Secretaria Estadual de Educação.

Recebi um telefonema do Deputado Silval Barbosa dizendo que o Sr. Afonso Dalberto estaria vindo representar a SEDUC, mas que chegaria atrasado.

Já são 14:30 horas, nós vamos iniciar e esperamos que a SEDUC chegue até o local.

Registramos a presença do Sr. Bruno Pereira Leite Filho, da Secretaria de Educação de Várzea Grande; da Srª Neusa Chiarelo Riva, Secretária Municipal de Educação de Primavera do Leste; da Srª Maria da Conceição Alves da Costa, Secretária Municipal de Educação de Dom Aquino; da Srª Adélia Maria dos Santos Neves, Secretária Municipal de Educação de Diamantino; do Sr. Pedro Santos Crema, Secretário Municipal de Educação de Vila Bela da Santíssima Trindade; da Srª Helena Maria Bortolo, Presidente do SINTEP, Subsede Cuiabá; do Sr. Vital Paulo de Barros, da Escola Estadual José de Lima Barros, de Nossa Senhora do Livramento; da Srª Maria Bom Despacho da Silva, da Escola Rural Maria de Arruda Müller, de Jaciara; do Sr. Márcio Faustino da Silva, da Escola Estadual José de Lima Barros, de Nossa Senhora do Livramento; da Srª Delzinha da Silva, professora da UNDIME; da Srª Conye Maria da Silva Bruno - Aguaçu, professora do Distrito da Guia; da Srª Josenildes Silva do Rosário, professora da Escola Estadual José Luis Borges Garcia; Professora Paula Cristina Barbosa Gonçalves, Presidente do SINTEP-Subsede Colíder; Paulo Paixão Alves, Diretor de Comunicação do SINTEP-Subsede Cuiabá; Eclayr Lima, representante da Secretaria de Educação de Várzea Grande; Aparecido Leite Albuquerque, Presidente do PT de Várzea Grande; Sírio Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Elisabete Casarus Malheiros, Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Várzea Grande; Professor Jonas Sebastião da Silva, Assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil; Gilmar Luiz Tessaro, Vice-Prefeito de Campo Novo do Parecis; Euclides

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Ferracini, Presidente da Associação Mista dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Brasil Novo de Querência; Carlos Martins de Oliveira, de Querência; José de Deus, da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento São Manoel, de Querência; e Durvalino da Cruz, de Querência. Nós agradecemos a presença de todos.

Convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É ENTOADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Colegas Deputados, autoridades da Mesa, autoridades no auditório que acompanham esta Audiência Pública, o objetivo desta Audiência é traçar aqui um panorama sobre o transporte escolar no país, inclusive, a partir da Medida Provisória nº 173, de 16 de março de 2004, assinada pelo Exm^o Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

No ano passado, em 2003, eu tive a honra de acompanhar, em Brasília, a marcha dos prefeitos, onde uma das questões que os prefeitos levavam até Brasília era uma definição sobre a participação da União com relação ao transporte escolar.

Eu participei dessa marcha, no ano passado, onde no primeiro momento os prefeitos apresentaram as suas reivindicações ao Presidente da República e tive a oportunidade, este ano, novamente, de participar da 7^a marcha, onde, no balanço dos municípios sobre essa questão do transporte escolar, eles admitem que é uma das conquistas em relação ao novo Governo.

Então, por que nós apresentamos essa proposição de audiência pública? Porque eu e os meus colegas Deputados aqui, com certeza, temos recebido uma série de reivindicações de municípios com relação ao transporte escolar. Crianças que muitas vezes não conseguem ter acesso, muitas vezes o próprio município...

Antes de continuar, eu gostaria de convidar para fazer parte da mesa, o Sr. Afonso Dalberto, que aqui representa a Secretaria Estadual da Educação.

(O SR. AFONSO DALBERTO TOMA ASSENTO JUNTO À MESA DOS TRABALHOS - PALMAS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada pela presença, Sr. Afonso.

Vejam bem: nós, Deputados, recebemos uma série de reivindicações de escolas, de comunidades, de prefeituras, de câmara de vereadores, para que possamos interceder em relação às resoluções de transporte escolar.

No ano passado nós acompanhamos a assinatura dos convênios que o Governo realizou com as prefeituras, e as informações que obtivemos na época era de que foram assinados os valores estimados em quase cinquenta milhões de reais - Depois o Afonso falará sobre isso - e, para este ano, tendo em vista a Medida Provisória, o que é que modifica? Qual é a responsabilidade da União? Qual é a responsabilidade do Estado? E qual vai ser a do Município?

Nós convidamos aqui o Professor José Maria Rodrigues, que é aqui de Mato Grosso, é professor municipal concursado da Prefeitura de Cuiabá e que agora está na coordenação nacional do Programa de Transporte Escolar do Ministério da Educação.

É com muita honra que aqui nós recebemos os companheiros que agora estão no Ministério, assumindo esse trabalho. Para nós, do Mato Grosso, é muito importante, Sr. José Maria, a presença do senhor lá, porque, com certeza, vamos ter mais acesso, vamos ter mais informações, vamos ajudar para que essas questões de fato sejam resolvidas. Eu sei que tem uma série de desafios, depois a UNDIME vai falar sobre esses desafios, talvez a AMM, os Deputados daqui mesmo, o próprio Conselho Estadual de Educação.

Este debate é importante para obtermos as informações, trabalharmos com as informações, com as deliberações existentes e como melhorar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Neste momento nós declaramos aberta a presente Audiência Pública. Quero dizer que caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes, poderá fazer depois a sua inscrição no Cerimonial, estritamente sobre o assunto. Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o interpelado terá três minutos para responder.

Nós teremos a exposição, neste momento, do Sr. José Maria Rodrigues, depois, passaremos a palavra ao representante da Secretaria de Estado de Educação e ao representante da UNDIME.

Quanto à Mesa, nós temos alguns debatedores, que poderão utilizar a palavra para fazer perguntas e, em seguida, nós passaremos a palavra à plenária.

Neste momento, nós passaremos a palavra ao Sr. José Maria Rodrigues. Se o senhor quiser usar a tribuna, fique à vontade.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES - Boa-tarde a todas, primeiramente, e a todos.

Com certeza, é um grande prazer estar aqui hoje, representando o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na condição de Coordenador-Geral do Programa de Transporte, além dos programas de saúde, uniforme e educação de jovens e adultos.

Eu fiquei muito feliz quando recebi da Deputada Verinha Araújo o convite para vir aqui debater esse aspecto, que é o transporte escolar, que, com certeza, pode facilitar ou dificultar o acesso dos alunos e as suas permanências nas escolas, sobretudo daqueles que dependem do transporte para sair de suas casas e chegar à escola.

Então, primeiramente, eu quero registrar o prazer por estar em meu Estado. Apesar de estar há pouco tempo fora daqui, já sinto saudades da nossa terra, porque aqui nós temos um calor diferente de todos os outros que temos nas diversas regiões do Brasil. É um calor muito pessoal, muito próximo, muito prazeroso de se conviver. Tenho aqui relações muito próximas, pessoas muito próximas. Então, com certeza, estando fora daqui sinto saudades de Mato Grosso, principalmente de Cuiabá.

Nós vamos apresentar de forma sintética o que é o Programa Nacional de Transporte e apresentar alguns elementos, a história do programa e, evidentemente, essa nova sistemática admitida a partir de agora pelo Governo Federal no repasse dos recursos, na distribuição dos recursos desse programa.

A nossa coordenadoria faz parte da estrutura de direção do órgão, que está disposto com a presidência, que é o José Henrique Paim, e temos quatro diretorias. Além das diretorias, nós temos dez coordenações no órgão todo, que gerenciam os recursos e todos os programas que temos lá no FNDE. São quase quarenta programas pelos quais o órgão é responsável, além de ser responsável por fomentar a educação básica no Brasil todo. E, dentro desses quarenta programas, nós temos mais de cem ações que são financiadas pelo FNDE no Brasil todo.

Dentre os programas maiores, com maior amplitude, nós temos o Programa da Merenda Escolar, que é considerado o maior programa de alimentação do mundo; nós temos o Programa do Livro Didático, que é responsável, hoje, por 40% da indústria gráfica no Brasil, com a distribuição gratuita do livro didático para todos os alunos do ensino fundamental; temos o programa do uniforme, que está ainda em fase inicial, sobre o qual, mais tarde, falaremos um pouquinho; o programa de transporte, que ganha, a partir de agora, uma nova dimensão, porque o Governo Federal está tendo uma nova visão a respeito desse aspecto, que é o tema que vamos tratar aqui mais precisamente. Além disso, na nossa área tem também a saúde escolar e a educação de jovens e adultos.

O Programa Nacional do Transporte foi criado em função da situação geográfica do Brasil, das dimensões continentais e de uma concentração populacional pequena em muitas regiões. Em vários Estados brasileiros os alunos têm que percorrer distâncias enormes. Nós temos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

inclusive, casos em que o aluno passa seis horas dentro do ônibus para estudar, porque leva três horas para sair de casa e chegar na escola, e mais três horas para voltar para casa depois. Ou seja, ele passa mais tempo dentro do ônibus, dentro do transporte escolar, do que dentro da escola, e não estou citando casos excepcionais, isso, em algumas regiões do Brasil, é quase uma regra no transporte escolar.

Esse programa foi criado em 1994, através de uma portaria do Ministério da Educação, e passou a fazer o investimento ou repasse de recursos a partir de 1995. Ele consiste basicamente na assistência financeira... Consistia, essa é a história do programa, consistia, até 2002, em duas formas de fazer o financiamento do transporte escolar no Brasil, uma era fazendo um repasse financeiro para os municípios do Brasil todo, através da apresentação de projetos, com convênios aprovados pelo Fundo. Então, o Fundo liberava o limite máximo de R\$50.000,00 para aquisição de veículos zero-quilômetro. Veículo significa até barco na região norte, porque tem os rios, e a maioria dos alunos é transportada de barco. Então, o recurso poderia também ser utilizado na compra, além de kombi, vans e microônibus, de veículos para o transporte fluvial.

Além do repasse direto para os municípios, nós financiávamos as organizações. A partir de 2000, passou-se a financiar as organizações não governamentais que trabalham com educação especial. Aí, foge do aspecto da zona rural, porque os municípios que recebiam recursos do transporte escolar eram apenas aqueles que utilizavam o transporte escolar para levar o aluno do ensino fundamental da zona rural até a escola. Agora, no caso da educação especial, foge disso, porque a clientela é basicamente orgânica, embora também sejam alunos da educação especial que estão no nível do ensino fundamental.

Então, para as ONGs o teto de financiamento foi, até 2003, de R\$25.000,00 também para a aquisição de veículos zero-quilômetro. É bom lembrar que a contrapartida exigida pelo FNDE nesses casos é apenas aquela legal, que acaba sendo simbólica, que é 1% do valor do recurso liberado ou da compra do bem, no caso do veículo.

(O PALESTRANTE PROSEGUE SUA APRESENTAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DE *DATA-SHOW*.)

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES - Quanto a esse quadro, como nós já falamos, a única coisa que tem que se ressaltar é que o recurso até 2003 era feito através das transferências, que nós chamamos de transferência voluntária, ou seja, o município tinha que ter um projeto que era encaminhado para o FNDE, e o FNDE, então, estabelecia um termo de convênio com o município para que o município pudesse receber o recurso. E aí entra um detalhe importante, que é a questão da adimplência ou inadimplência dos municípios junto ao Governo Federal. Para os senhores terem uma idéia, de 40% a 45% dos municípios no Brasil não podem receber recursos do órgão em função da situação de inadimplência em que se encontram hoje.

Aí temos um quadro de investimentos, de recursos financeiros que foram gastos de 1995 a 2003. Nós destacamos o ano de 1998, e não precisa nem dizer por quê. De 1995 a 2003, o ano em que se gastou mais com transporte escolar foi exatamente o ano de 1998, que coincidentemente foi o ano de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram gastas praticamente duas ou três vezes mais do que gastava nos anos anteriores. Então, nós gastamos de 1995 a 2003 um total de R\$343.364.440,73 - recurso investido nos oito anos de programa, de 1995 a 2003.

Aquilo ali foi para as Prefeituras, para as Organizações não Governamentais, como eu disse anteriormente. O programa começou em 2000, e foram repassados R\$17.574.405,57 para as APAES e também para as Pestalozes que são as duas entidades não governamentais que mais recebem recursos do FNDE. Isso significou um total de 781 atendimentos. Significa dizer que foram

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

comprados de 2000 até 2003, 781 veículos com recursos financiados, com recursos do FNDE para as organizações não governamentais que trabalham com ensino fundamental e educação especial.

Aí, um quadro comparativo de gastos do programa que nós tivemos, e aí é bom ressaltar esse número, de 1995 até 2002, ou seja, 7 anos de programa, foram gastos R\$299.546.352. Em 2003 e 2004, na gestão do Governo Lula, o gasto será de R\$312.392, ou seja, esta se gastando em torno de 15 mil reais a mais em dois anos do que foi gasto em 7 anos de programa antes da Administração do Lula.

Por favor, pode passar...

Nós temos, então, a parte legal do programa que é a Constituição Federal que em seu art. 208, estabelece como dever do Estado com educação sendo efetivado através de atendimento ao educando no ensino fundamental através de programa suplementares e materiais didáticos escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Isto é o que diz a Constituição Federal a respeito do papel do Estado na Educação fundamental.

Pode passar, por favor...

O art. 211, ainda da Constituição Federal, determina o seguinte: “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio”. Isso também é determinação constitucional.

A LDB ou a Lei nº 9.394, foi alterada em 2003 através de um projeto de emenda, de autoria do Deputado Nelson Marchezan, colocando três acréscimos na LDB, no art. 10 e no art. 11.

O primeiro acréscimo é determinar aos Estados a incumbência de assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. E colocar no art. 11 “aos municípios a incumbência de assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal”.

Além dessa alteração, que não consta da nossa chapa, essa mesma alteração da LDB determinou que também há acréscimo da legislação: “os Estados devem se articular com os seus respectivos municípios para definirem a melhor forma de atendimento aos alunos das suas respectivas redes”. Ou seja, nós temos visto, inclusive quem assistiu ao Globo Rural - quem gosta de acordar cedo aos domingos e assistir ao Globo Rural - assistiu em outubro do ano passado e assistiu agora em fevereiro, porque foi repetido o programa, uma situação extremamente difícil para quem trabalha no serviço público, para quem é gestor público. É inconcebível, inclusive, do ponto de vista da cidadania, um transporte escolar que era do município, com lugares vazios no transporte, passando por um aluno que era da rede estadual e o motorista não parou para pegar aquele aluno para levar até a escola, dizendo que a responsabilidade dele, segundo a determinação do Prefeito, era de pegar apenas alunos da rede municipal. Inclusive, chegaram a dizer que a lei é que determinava isso. O que não é verdade, porque estou exatamente passando aqui a transcrição das leis que determinam a sistemática desse atendimento.

Isso foi o que aconteceu com o transporte e a legislação até agora. O que muda a partir de agora com relação à questão do transporte escolar. Até então, o programa de transporte escolar financiado pelo Ministério da Educação, através do FNDE, era para aquisição de veículos zero quilômetro para as Prefeituras e para as ONG's.

A partir de 2004, inclusive, isto é uma reivindicação, foi atendimento à reivindicação da UNDIME e do CONSED, que já levantavam esse problema na representação dos Prefeitos, dos Secretários Municipais e dos Secretários Estaduais, a necessidade de que houvesse repasse para as prefeituras e para os estados para garantir o custeio do transporte escolar; a possibilidade de utilizar o recurso não apenas para comprar veículos, mas para poder fazer, inclusive, a reforma da frota existente, a manutenção do sistema do transporte escolar e para pagar,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

inclusive, o serviço terceirizado, porque grandes partes dos municípios no Brasil não tem frota própria, não tem como comprar veículo e acaba tendo que fazer a terceirização do serviço, os repasses feitos pelo FNDE até 2003 não permitiam isso.

Então, atendendo a reivindicação da UNDIME Nacional, do CONCED, ficou determinada essa nova sistemática de repasse dos recursos. Ela foi instituída através de uma medida provisória. Por quê uma medida provisória? Porque nós temos, com certeza, futuramente, uma resistência com relação às famosas MPs. Só que se nós não fizessemos essa medida provisória, nós não teríamos tempo ágil para fazer com que esse recurso que foi aportado de uma forma muito grande, porque o recurso que estava previsto para 2004 era apenas de cinquenta e um milhões de reais e o recurso que vai ser gasto em 2004 é de duzentos e cinquenta e um milhões de reais - ou seja, são mais de duzentos milhões que vão ser distribuídos para outros municípios - nós não teríamos, na forma anterior, como fazer projeto, aprovar convênio... Nós não teríamos tempo para fazer com que esse recurso, de fato, chegasse aos municípios e pudesse ser utilizado ainda no exercício de 2004. Então, esta é uma das justificativas porque foi instituído através da medida provisória.

Uma outra justificativa é exatamente aquilo que eu já coloquei anteriormente: 40% a 45% dos municípios, em função da situação legal deles junto ao Governo Federal, não têm condição legal, não teriam condição de receber o recurso através de convênios, porque estão inadimplentes com o Governo Federal.

Então, com essa sistemática de fazer o repasse para o município, sem que o município diga, inclusive, se ele quer ou não quer receber o recurso, apenas para determinar que ele vá receber recurso, é que ele conste no censo escolar de 2003, do Ministério Escolar. Se constar dez alunos para serem transportados, ele vai receber o recurso referente àqueles dez alunos. Isso vai abranger cinco mil trezentos e cinquenta e três municípios no Brasil todo. Então, de cinco mil quinhentos e sessenta municípios, cinco mil trezentos e cinquenta e três receberão esse recurso do Governo Federal para ajudar no custeio do transporte escolar.

O outro fator que gerou, que motivou a medida provisória, é exatamente permitir que os municípios possam utilizar o recurso para custeio no transporte escolar. Não comprar veículo, mas fazer a reforma, como já coloquei anteriormente, reformar a parte de funilaria, de mecânica, de motor, câmbio, a parte interna de estofamento que acaba mais depressa, porque as nossas crianças, como crianças, acabam dando alguns prejuízos, mas é o normal da faixa etária, e precisa ser reformado. Então, esse dinheiro que vai chegar aos municípios vai ser utilizado para isso.

Estamos definindo ainda, inclusive isso também é uma reivindicação que chegou lá na nossa coordenação, através dos deputados federais do Brasil todo, a possibilidade de que esse dinheiro possa também ser utilizado para pagar combustível. Só que nós temos um grande problema e é esse exatamente o ponto que estamos ainda discutindo. Na resolução desse repasse vai ser definido, deve ser publicada até a semana que vem, no máximo na outra semana, e nós estaremos definindo isso.

Nós estamos em ano eleitoral e, estando em ano eleitoral, alguns municípios podem utilizar o recurso todo para pagar combustível, e não existe controle para saber se o combustível foi de fato utilizado para o transporte escolar.

Então, se essa reivindicação for atendida, nós já estamos colocando, com muita clareza, nas discussões internas lá do órgão de que é preciso estabelecer um limite de percentual do total de recurso que vem para o município que se pode gastar com combustível. Ele não vai poder gastar cem por cento, cinquenta por cento do dinheiro com combustível, exatamente para evitar isso aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Além de instituir o Programa do Transporte, a Medida Provisória também foi necessária para instituir o Programa Nacional de Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, porque finalizou 2003 e não tinha mais programa no Brasil. Então, precisou ser instituído por essa Medida Provisória também.

Alterou-se também a nomenclatura, o programa antes se chamava Programa Nacional de Transporte do Escolar e agora passa a se chamar Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, exatamente para cumprir o que determina a lei com relação à incumbência dos Estados e dos Municípios.

Isso nós já colocamos. Pode passar, que é para atender alunos residentes da zona rural.

As formas de repasse nós já passamos também. Pode passar.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Como vai ser?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES - A forma de repasse para os municípios?

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sim.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES - Como é que vai ser? Vai ser para custeio, nós já colocamos, para fazer inclusive a possibilidade de fazer a reforma da frota existente, vai ser transferência automática, ou seja, o município vai receber. A única coisa que ele tem que ter que ter é aluno transportado da zona rural. Nós já temos inclusive a relação dos municípios que recebem, do Brasil todo, conseqüentemente, temos também aqui de Mato Grosso, e os valores que serão atendidos. Não precisa de nenhum tipo de plano de trabalho. O atendimento será para todos os municípios que eu mencionei aqui, que são 5.353 municípios. E para as ONGs nós conseguimos, ainda, garantir neste ano cinco milhões de reais, que continuarão fazendo o financiamento nos moldes anteriores. Só que nós alteramos, por proposição nossa, o valor de vinte e cinco mil para trinta mil reais, porque com vinte e cinco mil não dá mais para comprar, inclusive, uma Kombi. Com trinta mil, a organização consegue comprar uma Kombi.

Já colocamos a respeito das reivindicações da UNDIME. Esse recurso extraordinário que está sendo aportado no transporte escolar advém daqueles 10% do salário educação, que, na nova sistemática de distribuição do recurso, ficou também com o Governo Federal. O CONSET, na verdade, o Conselho dos Secretários Estaduais, queria que todo dinheiro fosse colocado no transporte, mas o órgão tem também outros programas considerados prioritários. Por isso, de trezentos e seis milhões - é bom que fique claro isto aqui - os 10% que ficaram com o Governo Federal, referentes à parte do salário educação que antes era distribuído, foram aplicados duzentos milhões no transporte e serão aplicados cento e seis milhões no Programa de Educação de Jovens e Adultos. Então, ele todo volta para os municípios na condição de repasse direto desses dois programas em nível nacional.

Já falamos com relação à questão dos recursos.

Quem fará o controle social do recurso é o Conselho do FUNDEF. Isso também está instituído na Medida Provisória. Ou seja, o Conselho do FUNDEF passa a ter mais essa incumbência de aceitar as prestações de contas. É bom colocar também que até então o FNDE repassava os recursos e recebia no final dos programas a prestação de contas. Nós estamos instituindo, principalmente nesses dois programas que estão sob nossa coordenação, relatórios periódicos de acompanhamento, não só do resultado e da aplicação financeira, mas também do resultado e do impacto que se tem nos programas e os investimentos que o órgão está fazendo nos municípios. Os municípios podem ter certeza de que receberão do FNDE a cobrança periódica de relatórios com relação ao número de alunos que está sendo atendido, ao número de matrícula que foi efetivado, aqueles que continuam no programa e como está sendo a aplicação do recurso de cada programa nosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Pode passar, também, que esses são números que nós...

Só destacando que, com relação ao total, o programa atenderá 3.219.975 alunos no Brasil todo, naqueles 5.353 municípios. Como são os municípios que mais fazem transporte escolar, na parte municipal estão dois milhões e noventa e seis mil alunos; na parte estadual, um milhão, cento e vinte e três mil, setecentos e quarenta e seis alunos.

Pode passar, por favor.

Para os Estados, nós vamos ter a distribuição de oitenta e cinco milhões de reais, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais, e, para os municípios, cento e cinquenta e nove milhões, trezentos e três mil, quatrocentos e quatro reais.

Antes de comentar esse próximo negócio, eu queria fazer só um comentário a respeito da nova repartição do salário educação. Tem muitos órgãos discutindo que os recursos estão voltando para os municípios, que não é, na verdade, repasse do Governo Federal. Essa nova sistemática do salário educação foi feita pelo Governo Federal, porque ele foi obrigado a estabelecer essa nova sistemática. Apenas três Estados do Brasil, dentre eles Mato Grosso, tinham leis que definiam a forma de fazer repasse para os municípios. Nesses outros Estados, todos os municípios, geralmente ficavam chupando dedo e não viam o dinheiro do salário educação.

Então, como o Governo Federal tem a incumbência de normatizar de forma geral isso, estabeleceu-se essa nova regra, determinando que os municípios recebam diretamente trinta por cento do repasse do salário educação, os Estados recebem os seus trinta por cento e os outros quarenta por cento o Governo Federal é que faz a gestão.

Para Mato Grosso, nós vamos ter, para os municípios, quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e seis reais, e, para a Secretaria de Estado de Educação, um milhão, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta reais. Mato Grosso vai receber, seis milhões, duzentos e vinte e três. Para vocês terem idéia do que significa esse número, no ano passado todo, Mato Grosso recebeu, no Programa do Transporte, seiscentos mil reais. Esse ano, vai receber, desse Programa, seis milhões, duzentos e vinte e três mil reais.

Nós estamos, então, encerrando, colocando a nossa coordenação, como a Deputada Verinha Araújo já colocou, lá no FNDE, em Brasília, à disposição dos mato-grossenses, de todos aqueles que precisarem de algum tipo de apoio, de algum tipo de informação, nós estamos à disposição.

Nós iremos deixar nosso contato aqui com os senhores, com quem queira, para que nos procure, afinal de contas não justifica muito um mato-grossense estar num cargo desse se não puder estar fazendo com que o seu Estado tenha alguns acessos privilegiados, principalmente a informações e a formas de ter acesso a recursos no Ministério E vamos continuar disponíveis aqui para o debate. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos.

Antes de passar a palavra ao Sr. Afonso Dalberto, que irá falar em nome da Secretaria Estadual de Educação, anunciamos a presença do Vereador Domingos Sávio, do Sr. Urias Bondespacho Silva, representando a Secretaria de Educação de Nossa Senhora do Livramento; de Cecília Alonso Corrêa Fortes, representando a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá; de Reinaldo Gonçalves de Queiroz, Coordenador de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação; do Sr. Oteniel Ferreira, Chefe do Setor de Transportes da Secretaria Municipal de Cuiabá; e da Sr^a Ivanildes Ferreira dos Santos, assessora do Deputado Federal Carlos Abicalil.

Passo a palavra, agora, para o Sr. Afonso Dalberto, representando a Secretária Estadual de Educação, Sr^a Ana Carla Muniz.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. AFONSO DALBERTO - A Secretária Ana Carla Muniz, em função de uma agenda bastante extensa anteriormente marcada, Deputada Verinha Araújo, pede desculpas antecipadamente por não ter comparecido.

Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Eliene, demais participantes da Mesa.

O transporte escolar, na verdade, Professor José Maria, é o grande calo de todos os Estados e municípios na educação, é um problema seríssimo.

Especificamente no Estado de Mato Grosso, como o senhor conhece muito bem, é um Estado de uma extensão territorial muito grande e com uma distribuição de população diferenciada. Muitas vezes, quando o senhor colocou de três horas dentro de um ônibus, no ano passado aconteceram transportes não com três horas para ir e três para voltar, mas sim de tempo muito maior, criança saindo três horas da manhã para chegar às 08:00 horas na escola e depois sair e chegar à noite para casa. O transporte é realmente um problema muito sério.

A Secretaria de Educação, hoje, já tem parceria com 80 dos 139 municípios, porque é humanamente impossível e também seria uma aberração administrativa e, porque não dizer, uma burrice, se não houvesse essa parceria entre o Estado e o município, onde o mesmo veículo, o mesmo ônibus transporta tanto alunos do município como do Estado. E também o trabalho específico é lá na base, é o município que sofre mais a pressão e conhece mais a realidade daquilo que está acontecendo lá na ponta.

Em função disso, por uma decisão do Sr. Governador Blairo Maggi e da Secretária Ana Carla Muniz, junto conosco, foi tomada a posição de fechar parcerias, convênios, como falamos, com os 139 municípios do Estado. São discussões minha, da Secretária de Educação Ana Carla Muniz, do Máximo ou do Ivan, que são os adjuntos da Secretária, direto com os prefeitos, buscando uma parceria que fique boa para o Estado e para o município.

O custo do transporte escolar no Estado é muito alto. Nós temos uma previsão de fecharmos com cento e trinta e nove municípios, algo em torno de 12 milhões e meio de reais que o Estado estará disponibilizando aos municípios para que o transporte seja em parceria. Essa é a nossa busca.

No ano passado foram aplicados em torno de oito milhões de reais no transporte escolar, também em parceria, e este ano não ficará menos de doze milhões e meio. Houve diversos reajustes entre municípios. No ano passado houve municípios em que fechamos convênios por um valor e foi reduzido neste ano. Agora, na maioria dos municípios houve um aumento significativo. O que nós não podemos deixar é de atender a todos os municípios, e isso não vai acontecer. (ALGUÉM FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. AFONSO DALBERTO - Sim, esse repasse do Governo Federal realmente vem ajudar, e muito, os municípios.

O que nós precisamos, José Maria - leve isso ao Ministério da Educação - é que, se analisarmos a extensão do Estado de Mato Grosso, esses cinco milhões a mais que estão vindo ajudam, mas nós precisamos rever esse custeio, buscarmos outro tipo de financiamento, outras soluções, porque não chegam naquilo que é realidade do Estado. Essa é a grande verdade. O senhor é daqui, conhece a nossa realidade e os municípios sofrem, e muito, com o transporte escolar.

O financiamento, a busca para aquisição de veículos, especificamente, precisa ser revista urgentemente, essa é a grande realidade. Eu estou colocando isso defendendo os municípios. O Estado não tem, não compra e não aluga ônibus, não faz nenhum tipo de licitação para contratar empresas para transportes. Nós estamos fazendo especificamente parcerias com os municípios. E, nesse ponto, eu estou colocando em função daquilo que está acontecendo lá na ponta, a dificuldade que está existindo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Especificamente, a nossa posição este ano, do transporte escolar, é esse repasse aos municípios em torno de 12,5 milhões, 13 milhões no ano, como uma posição clara. Nós queremos fechar todos os repasses no mês de novembro deste ano. Em função do quê? Querendo ou não, o Prefeito estando em condições de ser reeleito ou não, nós temos eleição este ano e o exercício termina em 31 de dezembro. Então, nós estamos dando esse espaço. Vamos antecipar a liberação dos recursos exatamente para que no mês de dezembro todos os prefeitos tenham a liberdade de prestar conta ainda dentro do seu exercício, e não aguardar para o outro ter de estudar e prestar conta no próximo ano.

Enfim, eu gostaria de ficar à disposição da Mesa e dos presentes. Transporte escolar só tem uma saída, chama-se parceria entre Estado e Município e, evidentemente, com a parceria do Governo Federal.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Antes de passar a palavra para a UNDIME, vou conceder a palavra ao Deputado Eliene, que vai ter que se retirar para reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ELIENE - Cumprimento aqui os componentes da Mesa, a Deputada Verinha Araújo, que preside esta Audiência Pública, o Deputado Carlão Nascimento, o José Maria Rodrigues, que hoje coordena esse programa de transporte escolar em nível de Brasil, o Secretário Municipal de Educação João Márcio, de Santo Antônio de Leverger, o Sr. João Sartori, representando a AMM, a Professora Alaídes Alves Mendieta, Presidente do Conselho Regional de Educação, o Sr. Júlio César, Presidente do SINTEP, o Dr. Afonso Dalberto, representando aqui a Secretária de Educação Ana Carla Muniz, e a todos presentes.

E queria justificar, Deputada Verinha Araújo, que eu faço parte da Comissão e fui solicitado, por duas vezes, para me dirigir à Sala das Comissões onde está sendo realizada a nossa reunião.

Mas eu queria fazer uma intervenção. Primeira, parabenizando-a pela iniciativa. Eu acho um tema extremamente importante - lamento não ter aqui uma participação maior. Temos também vários Secretários municipais, e cumprimento a todos aqui, representantes de municípios.

Hoje nós temos inclusive um acordo de que nas Audiências Públicas é muito melhor ouvirmos as pessoas que vêm participar do que propriamente estarmos aqui trazendo a solução, porque à solução, se tivéssemos a capacidade de resolver, com certeza, já teríamos resolvido. Então, vamos ouvir os problemas que temos aí.

Eu entendo que, historicamente, de quarenta a cinquenta anos para cá a situação da educação no Brasil, em função da integração da comunicação e, de poucos anos para cá, da nucleação, tem tido um avanço muito grande, mas deixa muito a desejar, tem muito problema, como é o caso de Colniza, Aripuanã, etc.

Eu convidei para virem aqui hoje presidentes de associações dos projetos de assentamento do Município de Querência, de São Manoel, Brasil Novo, Coutinho União, Pingo d'Água, que estão aqui presentes, e uma das reclamações que eles me trouxeram é exatamente a deficiência no transporte escolar. Inclusive, eu pedi ao Sr. José de Deus, que é o presidente da associação lá de São Manoel, que ele se pronunciasse durante o período de abertura da palavra para a platéia e fizesse um levantamento das dificuldades que ele vive lá. Agora, para nossa alegria, temos hoje o José Maria à frente da coordenação nacional, o que eu acredito que é um ganho para Mato Grosso.

Então, eu entendo que essa discussão é importante, esses dados que o José Maria trouxe, são animadores, embora o Deputado Carlão Nascimento, quando o José Maria falava, tenha dito que não está ganhando nada, não está melhorando nada. Eu acho que na fala dele nós vamos tirar, então, uma idéia, para sabermos se está havendo vantagem ou não.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

De qualquer forma, eu entendo ser de extrema importância essa audiência pública, porque é um calo, como disse o Afonso, para a busca que o Governo tem, de ter todo mundo estudando.

Infelizmente, dados estatísticos demonstram que a população adulta do Brasil, um terço não passou do quarto ano primário, e não é essa a nossa intenção. O objetivo hoje, tanto do Governo como das lideranças políticas do Brasil, é tentar dar oportunidade para todo mundo.

Eu agradeço a oportunidade. Vossa Excelência está de parabéns, Deputada Verinha Araújo, por esta audiência pública. Eu gostaria que, depois, Vossa Excelência ouvisse os companheiros lá de Querência também, para levantar um dado local, mas extremamente preocupante. Muito Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - As inscrições estão abertas, e nós já temos inscrições à mesa.

Quero anunciar a presença do Sr. Paulo Roberto de Lima, Chefe de Benefícios do INSS, representando o Sr. Décio Coutinho, Gerente Executivo do INSS.

Vamos passar agora a palavra para o Sr. João Márcio de Oliveira, que falará pela UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

O SR. JOÃO MÁRCIO DE OLIVEIRA - Quero saudar a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo e parabenizá-la por essa iniciativa. Eu ouvi a exposição do José Maria, ouvi também atentamente a exposição do Afonso, e a grande preocupação de nós Secretários Municipais de Educação, porque é lá nos municípios que as coisas acontecem e somos nós que temos que dar respostas a eles, a grande preocupação é a seguinte: toda vez que se fala em distribuição de recursos, a tendência é que esses recursos fiquem para os órgãos mais organizados, as Secretarias mais organizadas, mais equipadas. Nesse sentido, nós já temos um problema nessa distribuição, que é o cálculo feito em cima do aluno transportado. Esse é um dado informado no censo escolar de um ano para o outro, e alguns municípios tiveram essa dificuldade. Esse já é um problema que nós temos que enfrentar pela frente.

Outro problema é que o Estado assume 50% de toda matrícula no Estado de Mato Grosso - quando digo Estado, quer dizer, Governo Estadual - no ensino fundamental, e os municípios assumem também 50%. Ocorre que na maioria dos nossos municípios nós acabamos fazendo o transporte para a rede estadual. Então, vejam bem, se o censo escolar é feito por rede, quem vai receber esse recurso? O Estado. Quem está fazendo o transporte? O município. Então, já temos também um problema que penso que o Sr. José Maria vai ter que pensar sobre ele, para buscarmos uma alternativa para isso.

Acredito que a lei que acrescentou alguns incisos à LDB foi muito oportuna, acredito que dirimiu, num primeiro momento, as responsabilidades. Havia vários colegas Secretários Municipais de Educação que, a todo momento, tinham que responder no Ministério Público por uma função que não era sua, justamente o transporte dos alunos da rede estadual.

No Estado de Mato Grosso, eu não vi, não soube de nenhum caso, nenhum prefeito que tenha se desresponsabilizado do transporte da rede estadual, mas também acompanhei, pela televisão, casos em Minas Gerais e em outros Estados.

Então, essas considerações iniciais são importantes, José Maria. Mas penso também o seguinte - o senhor colocou que o Brasil é um país continental, um dos maiores do mundo, e Mato Grosso é o terceiro Estado em extensão territorial -, a lei sendo genérica, para todos os Estados, penaliza o Estado de Mato Grosso. Simploriamente falando, eu não sei, hoje, qual é a dimensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, mas se compararmos Rio de Janeiro e Mato Grosso, a diferença é muito grande. E vai ter o mesmo valor *per capita* tanto para o Rio de Janeiro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

quanto para Mato Grosso, apesar de as nossas dimensões, as nossas rotas, os nossos itinerários de transporte escolar serem bem maiores.

Vou citar, a título de exemplo, Santo Antônio de Leverger, que tem uma densidade demográfica de 1,7, enquanto a densidade demográfica em Cuiabá é de 233, se não me engano. Então, vejam, aqui na capital, Cuiabá tem menos de quatro mil quilômetros quadrados, Santo Antônio de Leverger tem doze mil quilômetros quadrados, Várzea Grande não tem mil quilômetros quadrados. Então, Santo Antônio de Leverger é doze vezes maior do que Várzea Grande. E quando se vai distribuir esse recurso, isso não é levado em consideração.

Então, eu acho que já avançou, eu venho discutindo essa questão da UNDIME... Essa defesa do valor *per capita* eu também fiz por escrito ao nosso organismo central. Eu penso que avançou, mas eu acredito que há possibilidade de se avançar mais na questão da lei, da medida provisória.

Essas são as minhas colocações iniciais, e estarei aqui, Deputada Verinha Araújo, seguramente, para contribuir com o debate.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Anuncio a presença do Deputado Ságua, que está ao nosso lado; da Vereadora Enelinda Scala, de Cuiabá, do PT; da Sr^a Elzita Preza Daltro, da SEDUC; e do Sr. Raimundo das Graças Sucupira, presidente do Conselho Deliberativo do CAIC Pedra 90.

Nós ouviremos agora a Professora Alaídes Alves Mendieta, presidente do Conselho Estadual de Educação.

A SR^a ALAÍDES ALVES MENDIETA - Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Verinha Araújo.

Também quero dizer que me sinto, de certa forma, contemplada por estar participando desta mesa, eu que fui Secretária Municipal de Educação no de 1996, no Município de Mirassol d'Oeste, na região da Grande Cáceres. De 1996 para cá, eu tenho trabalhado, grande parte desses anos trabalhei na UNDIME, como presidente da UNDIME, depois como secretária executiva, depois como conselheira, depois administrando, gerindo um programa chamado de Gestão Única, que muitos conhecem no Estado e era uma experiência que a Secretaria de Estado de Educação estava viabilizando. Ou seja, eu quero dizer que tenho trabalhado quase que a metade da minha vida profissional com os municípios. Então, eu conheço bem essa realidade do transporte escolar. Fui do Conselho Estadual do FUNDEF e já naquela época, há dois, três anos atrás, nós discutíamos, levávamos essas discussões, as dificuldades do transporte escolar às reuniões do Conselho Nacional do FUNDEF, buscando alternativas e soluções para esse grande problema, como o Afonso chamou aqui de calo. Na verdade é um calo. É uma bola de neve, Afonso, é uma bola de neve isso aí.

Eu me lembro bem que quando surgiu o transporte escolar, ele surgiu um pouco para atender às questões da nucleação, porque virou moda nuclear as escolas.

Então, os municípios, e eu fiz isso também no município em que eu era Secretária, nucleavam as escolas para acabar com as salas multiseriadas, pensando em buscar a melhoria da qualidade do ensino. Nós nucleávamos as escolas e fazíamos o transporte escolar nas escolas do entorno, ou seja, levando, transportando os alunos para escolas que tivessem condições de serem ampliadas e assim implantando de 5^a as 8^a séries e o ensino médio na zona rural. Mas de lá para cá, a gente vem observando. Outro dia, me deparei com uma situação de um município que estava pedindo ao Conselho Estadual de Educação a desativação de escolas rurais. Então, tinha uma relação enorme de escolas rurais sendo desativadas. Imediatamente eu liguei para o município, como eu tenho um bom relacionamento, conhecimento como Secretária Municipal de Educação, liguei e perguntei à Secretária se não era um equívoco. Eu disse: olha, eu estou preocupada, vocês estão desativando todas as escolas rurais? Aí a Secretária me disse: “não, Alaíde, o problema é que nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

estamos transportando os alunos para a cidade, para as escolas da cidade.” É um município que eu conheço bem. Ela disse: “nós estamos ficando só com duas ou três escolas na zona rural.” Então, isso nos traz uma grande preocupação. Por quê? Porque nós temos um grande problema neste País que é o êxodo rural. Nós estamos acabando com a nossa população rural num Estado que é eminentemente agrícola, ou rural.

Então, eu vejo que nós temos aí imensos problemas com a questão do transporte quando diz respeito às grandes distâncias, aos riscos que as crianças correm todos os dias nesses ônibus, o tempo ocioso que as crianças passam sentadas nas calçadas das escolas esperando de um horário para o outro para serem transportadas, as grandes distâncias como aqui já foi dito, os recursos insuficientes, tanto para os municípios, quanto para o Estado. O Estado não tem pernas para arcar com isso, o Governo Federal não as tem e nem os municípios, da forma como vem crescendo e se avolumando.

O transporte escolar acaba se tornando um meio de transporte para a população das comunidades rurais, porque, às vezes, não tem outro meio de transporte. Antigamente, as pessoas buscavam outras alternativas, mas, hoje, elas aproveitam, utilizam do veículo transporte escolar. E a briga dos próprios munícipes, porque esse aluno do Ensino Médio, que é do Estado; esse aluno do Ensino Fundamental, que é do Município... Enfim, eu fui listando. As pessoas foram falando e eu fui listando. Quando nós falamos em qualidade de ensino, ficamos pensando qual qualidade de ensino esses alunos terão ou qual qualidade de vida terão esses alunos que se levantam às 03:00 horas para pegar um ônibus, andam no meio do charco, andam a cavalo, andam a pé, andam assim, andam assado, para pegarem o transporte escolar.

Então, eu fico extremamente preocupada. É uma questão que vimos debatendo no Conselho Estadual de Educação há muito tempo, em vários momentos.

Eu até peço para me avisarem do tempo que eu tenho. Já acabou o meu tempo (PAUSA)? Então, eu vou tentar falar rapidinho o que eu penso.

Eu penso que, ao invés de discutirmos ampliação de transporte, etc, etc, etc, nós temos que buscar alternativas e soluções, de repente, em um regime de colaboração entre o Ministério da Educação, os Estados, os Municípios, o CONSEP, a UNDIME, os Fóruns de Conselhos Estaduais, enfim, para que possamos construir projetos que possam atender à educação do campo no campo, diminuindo... É claro que nunca poderemos acabar, eliminar com o transporte escolar, porque tiraria a oportunidade de muita gente estudar. Não é esse o caminho, mas, eu penso que continuar nesse crescente, nesse volume que temos a cada ano, cada um dos municípios... Outro dia eu falava para que um Secretário levantasse qual a quilometragem que tinha dois anos atrás, três anos atrás, e a que se faz hoje; qual o número de alunos que atendia, e o número de alunos que atende; qual os recursos que se utilizava, e os recursos que se utiliza; e todos os problemas que advém do transporte escolar.

Então, eu acho que é preciso pensar em um novo modelo de educação do campo no campo, para que possamos minimizar e diminuir um pouco a questão do transporte escolar. Buscar só alternativas, buscar recursos, mais recursos, mais recursos e ampliar a frota, eu penso que não é a solução. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professora.

Com a palavra, o Professor Júlio César, do SINTEP de Mato Grosso.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Boa-tarde a todos e a todas! É uma satisfação poder participar desta audiência pública, aqui, com a presença do companheiro Zé Maria, ex-dirigente do SINTEP e do SISPUNC. É um companheiro que tem, ao longo da sua vida, se dedicado à questão educacional e, hoje, com essa responsabilidade no contexto Nacional de coordenar programas tão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

importantes como esse aí para assegurar a cidadania para toda criança, todo adolescente, todo jovem, todo adulto, no contexto educacional.

Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Ságuas, é um prazer ser aqui acolhido na Assembléia Legislativa para debater uma questão tão importante como essa, com a presença da UNDIME, do Conselho Estadual, da Secretaria de Educação, da AMM, a quem eu cumprimento a todos os participantes.

É uma satisfação também poder dialogar com educadores e educadoras, seja no contexto da gestão municipal, seja no contexto do cotidiano da escola.

Eu penso que a questão do transporte precisa ser refletida por nós. Eu acho que a discussão passa por alguns aspectos educacionais que parecem não estar sendo muito importantes no debate, no contexto de hoje.

Nós temos trabalhado muito mais o contexto da escolarização do que o contexto da educação. E nem sempre um sujeito escolarizado é uma pessoa educada, que aprendeu a dominar os conhecimentos essenciais para a vida social, para construir a cidadania e aprofundar a democracia, num momento como esse que estamos vivendo em Mato Grosso, em que conceitos como cidadania e democracia parecem ser questões totalmente supérfluas do ponto de vista das políticas públicas, principalmente, no contexto das políticas estaduais.

Ao discutirmos a questão do transporte escolar, penso que dar a ele a verdadeira dimensão que ele tem de ser acessório ao processo pedagógico, ao processo de construção de conhecimento do ser humano.

No entanto, esse elemento acessório, hoje, é quase que muito mais importante do que os aspectos pedagógicos. Aliás, do ponto de vista do investimento, gasta-se muito mais, na maioria dos municípios, com transporte escolar de trinta alunos do que com um salário da profissional da educação que tem a responsabilidade de assessorar esses trinta alunos na construção do seu conhecimento. Leva-se muito mais tempo, hoje, em muitos municípios, dentro de um veículo de transporte escolar do que se levaria na sala de aula.

É preciso refletir essa situação para ver se de fato estamos dando tratamento coerente com o processo de aprendizagem, com o processo de construção do conhecimento, entre o que é principal e o que é acessório nessa questão educacional.

Então, o aspecto pedagógico, para mim, deveria ser determinante, aliás, numa política educacional, o aspecto pedagógico deveria determinar todas as demais atividades, desde a questão da organização administrativa e burocrática até a organização das situações de apoio, como merenda escolar, como transporte escolar, mas, infelizmente, temos tido uma inversão muito grande quanto a isso.

Um segundo aspecto que eu acho importante estar discutindo é o aspecto socioeconômico. Colíder, comunidade onde estou há 20 anos, tinha, em meados da década de 80, 189 comunidades rurais. Cada comunidade não era um espaço somente, mas girava em torno de um espaço que era a escola, a igreja, um campo de futebol, a sede da associação dos pequenos produtores rurais. E em torno disso estava toda a vida social, toda a vida cultural e toda a vida política daquelas comunidades, 20, 30, 40 famílias, em algumas comunidades. Acabamos com as escolas. Logo depois o campo de futebol já não era mais um espaço de encontro de todas as tardes, a associação de pequenos produtores rurais já não tinha mais o espaço da escola para se reunir, os pais, ao invés de verem seus filhos serem transportados todos os dias para a cidade, resolveram ir para a cidade porque era muito mais confortável, muito mais seguro, muito mais tranquilo e hoje estamos reduzidos a pouco mais de, se não me engano, 38 ou 39 comunidades rurais. E escola, que era um fato determinante na organização daquelas comunidades, deixou de existir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O projeto educacional voltado para a realidade do campo, para o fazer, para a cultura também deixou de ser praticado e hoje a maioria dos 30 mil habitantes de Colíder, dois terços dessa população que, em meados da década de oitenta, estavam no campo, estão na cidade. Das dezesseis mil propriedades rurais que nós tínhamos em Colíder, estamos reduzidos a quatro mil e oitocentas propriedades rurais, porque o pequeno produtor rural ao ir morar para a cidade, achou melhor vender a sua propriedade para outro que foi acumulando cada vez mais terra.

De um projeto de colonização de pequena propriedade nós já nos tornamos um município de médias e grandes propriedades, invertendo totalmente a lógica socioeconômica, os aspectos culturais daquela comunidade. Então, penso que na discussão educacional também têm que ser levados em consideração esses aspectos. Provavelmente, illustrei com Colíder, isso deve estar acontecendo em Juína, Juara. Eu estou citando aqui municípios que tiveram um perfil sociocultural e econômico muito parecido na sua fase de colonização, na sua fase de ocupação original.

Outro aspecto que eu acho importante estarmos considerando é o próprio aspecto econômico. Um quilômetro rodado com um aluno em um veículo de dez, quinze anos, vinte anos já de idade, a maioria deles já era sucata nas frotas estaduais ou frotas municipais e hoje está servindo de transporte para os alunos... Em diversos casos já presenciei, aqui na região de Cáceres, crianças em cima de carroceria de caminhão, de caminhonete, como presenciei na região do Araguaia. E lá, inclusive junto com o sindicato dos trabalhadores rurais, nós entramos com uma representação no Ministério Público, para assegurar a segurança daquelas crianças, porque aquilo não era uma forma adequada de transportá-las.

Já são inúmeros casos de acidente que temos tido inclusive com vítimas fatais nesse contexto do transporte escolar, mas também temos que levar em consideração o custo econômico. Paga-se muito mais hoje em Mato Grosso por quilômetro, um quilômetro rodado de um veículo de uma frota de dez, quinze, vinte anos, que na maioria dos casos já estariam sucateadas, do que pagamos para uma carreta moderna dessa, um trimeão, um trem desse que transporta soja daqui até o Porto de Paranaguá.

Hoje o investimento e os aspectos tecnológicos fazem com que esse veículo tenha um custo maior. Aliás, é muito mais caro o quilômetro rodado com um aluno aqui em Mato Grosso do que o quilômetro rodado nas linhas interestaduais ou mesmo na linha intermunicipal aqui de Mato Grosso.

Em 2000 nós fizemos uma comparação, considerando a planilha de custo, e essa não era uma boa referência, temos clareza disso aqui. O SMTU, aqui em Cuiabá, em alguns municípios nós tínhamos custos por quilometro rodado 04 vezes maior do que nós tínhamos aqui com os veículos que fazem o transporte urbano e intermunicipal aqui em Cuiabá. Aliás, é um dos grandes negócios. Eu me lembro muitas vezes, quando eu avalio esse negócio, dos versos de Manoel Bandeira de que ele iria para Passárgada, porque lá ele era amigo do rei, até porque na maioria dos casos os donos das frotas são amigos dos reis, dos reis que fazem a gestão municipal, e se privilegiam dessa situação, inclusive desses recursos nesse sentido aí.

Então, nesse sentido nós podemos dizer que três aspectos precisam ser considerados: o aspecto pedagógico, o aspecto socioeconômico e, principalmente, o aspecto econômico, porque nós estamos pagando caro por um processo de escolarização que não respeita as necessidades, os interesses do homem do campo, e estamos pagando caro por um processo de concentração da população, antes no campo, agora na cidade, e a pulverização da família, a pulverização de valores, a pulverização de cultura extremamente importante neste cenário que nós vivemos aqui em Mato Grosso. Então, nós temos muita preocupação.

Por último, nós queremos dizer que no ano de 2004 diversos alunos ainda não tiveram um dia de aula, alunos de rede estadual, a exemplo, do que ocorre em Carlinda, que é um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

município que está nas fronteiras, digamos assim, de maior dificuldade para o transporte escolar. Não tivemos, porque houve sim negligência da autoridade estadual responsável para assegurar, desde o início do ano letivo, as condições mínimas de funcionamento da escola pública.

E alguns ainda ficaram algum tempo, eu quero saber quando que esses alunos terão esses dias reparados, esses dias de aprendizados que lhe são sonegados e não reparados. Provavelmente não terão, e essa é uma perda irreparável. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARÚJO) - A última pessoa da Mesa que vai falar é o Sr. João Sartori, Coordenador Administrativo e Financeiro da AMM, Associação Mato-grossense dos Municípios. Em seguida, nós já vamos passar a palavra para a Sr^a Neusa Chiarelo Riva, Secretária Municipal de Educação de Primavera do Leste, que já está inscrita.

O SR. JOÃO SARTORI - Boa-tarde a todos, em nome da Deputada Verinha Araújo, a AMM cumprimenta através dos seus associados.

Como já dissemos à nossa nobre Deputada, os municípios quando compõem essas discussões, essas Audiências, não vêm para buscar nenhuma forma de atrito, mas vêm justamente para compor. Na verdade, principalmente nos pequenos municípios, hoje, uma das grandes dificuldades é a manutenção do transporte escolar. E a coisa fica meio complicada quando o promotor lá da nossa região manda prender o Prefeito porque não estava transportando os alunos. Só a título de exemplo.

Nós já havíamos mostrado antes para o nosso companheiro José Maria, e esse exemplo eu peguei aleatoriamente de Barra do Bugres. A rota do transporte, hoje, é 3.070 quilômetros, 3.000 quilômetros, e esse custo, se os senhores pegarem todos os veículos rodando durante duzentos dias por ano a um real - embora o companheiro José Maria tenha uma pesquisa de custo mais baixo, calculado em nível de Brasil - Barra do Bugres gastaria seiscentos mil reais por ano.

De acordo com essas configurações que têm previsões, no ano de 2003 Barra do Bugres recebeu via Estado cento e cinquenta e seis, quatrocentos e trinta e oito. Uma previsão de estimativa para este ano de 2004, a dez mil, oitocentos e trinta e dois, é de sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e quatro.

Na verdade, a hora em que a coisa passa para o processo de execução, em nível de município, as dificuldades começam ali, onde os senhores vêm, por exemplo, a frota de ônibus daquele que presta serviço para os municípios, paga-se hoje em torno de um litro de combustível por quilômetro rodado àquele cidadão que não tem, de forma nenhuma, ele não sai, não consegue melhorar aquele ônibus para transportar as crianças. A própria Prefeitura tem dificuldade na renovação dessa frota. O cidadão que possui um ônibus, hoje ele não consegue ganhar mais do que mil reais, mil e quinhentos reais, e sendo dono do seu próprio negócio.

Então, para o Estado de Mato Grosso é extremamente complicado. Eu diria que enquanto para Campo Grande a receita do transporte escolar é uma renda, para os nossos municípios, principalmente os menores, realmente é uma despesa de muito sacrifício.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Professora Neusa Chiarelo Riva. A seguir, a Professora Paula Cristina, Presidente Subsele do SINTEP de Colíder.

A SR^a NEUSA CHIARELO RIVA - Eu quero parabenizar a nossa Deputada Verinha Araújo e todos os membros que compõem a Mesa neste trabalho que vem esclarecer à maioria dos nossos municípios, principalmente para os Secretários Municipais de Educação que passam períodos difíceis quanto ao transporte escolar.

E gostaria, aqui, de fazer uma pequena lembrança que não é do transporte, mas que faz parte do aprendizado dos nossos alunos, que é a merenda escolar, que sai treze centavos por cabeça/aluno, os nossos alunos que embarcam no transporte escolar, seja ele da frota própria ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

terceirizada, que embarcam quatro horas da manhã, chegam na escola e só recebem um único lanche.

Eu deixo esta pergunta: como fica o aprendizado dessas crianças que voltam para casa três e meia ou quatro horas da tarde, quando o transporte transcorre normalmente nessas estradas perigosas, com muita chuva, pontes perigosas, enfim, tudo o que vocês secretários estão passando nos municípios do Estado de Mato Grosso?

E pergunto o seguinte: quando vão ser convidados os nossos prefeitos para assinarem o convênio, se ele vai ser numa única parcela, ou oito parcelas e o valor que será destinado para os nossos municípios? Primavera do Leste, já faz dois meses que transporta os alunos da rede estadual. No primeiro mês, eu fiz um levantamento, nós gastamos cento e poucos mil com a frota dos ônibus, *kombis* e *vans* que transportam esses alunos.

O município não suporta mais essa carga, que é muito pesada! Além disso, nós temos o segundo grau no interior que também, além do espaço físico, transporta os alunos na frota do Ensino Fundamental.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Depois eu vou passar a palavra para resposta. E vou chamar de duas em duas pessoas, porque fica mais rápido.

Com a palavra, a Sr^a Paula Cristina Barbosa Gonçalves, que é professora e Presidente do SINTEP, Subsede em Colíder.

A SR^a PAULA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES - Eu gostaria de deixar um cordial boa-tarde a todos os presentes.

Em nome de todos os colidenses, trago um abraço enorme à Deputada Verinha Araújo e parabenizo-a por este momento.

Nós temos sempre deixado que a audiência pública é o momento de ouvirmos toda a sociedade. E isso é muito importante.

Bom, depois de ouvir todo esse relato, eu posso dizer que em Colíder não é diferente. Que a problemática do transporte escolar para nós tem sido angustiante e, ao mesmo tempo, preocupante.

Aproveitando a fala do Sr. Júlio, que é de lá, esse pequeno retrato, gostaria de deixar aqui alguns pontos que para nós tem sido triste de ouvir dos próprios usuários, dos pais dos alunos.

Superlotação. Há ônibus que carrega noventa crianças. E esses ônibus que citamos, na verdade, não são adequados para transportarem essas crianças. São verdadeiras sucatas. As empresas terceirizadas não têm a preocupação com a forma que transportam essas crianças. A preocupação é financeira, de receber os lucros desse transporte.

Outro ponto é que muitas vezes um único ônibus faz a linha, transporta as crianças até a metade dessa linha e volta para buscar o restante das crianças. E, com isso, as crianças têm que chegar em suas próprias casas a pé. São deixadas na BR. E, muitas vezes, elas se deitam no asfalto e ficam disputando qual carro se aproxima mais deles.

E dentro de todo esse contexto, os pais, a sociedade, está se organizando, indo à Promotoria, procurando meios para tentarem sanar esses problemas. E nós sabemos que muitos dos pais que têm crianças que se utilizam desse transporte escolar clamam para que os próprios filhos sejam atendidos na comunidade, uma vez que ficam mais tranquilos. Os pais podem participar mais na escola, as crianças ficam mais tranquilas, porque muitas saem de casa às 04:30 horas da manhã e voltam para casa às 07:00 horas da noite, com simplesmente um copo de chá e pipoca.

Quando eu fiquei sabendo do convite da Deputada Verinha Araújo, eu fiz questão de vir aqui, em nome de Colíder mesmo, através do Vereador Eudir, para também ouvir em que mês poderemos tentar sanar esse problema que está exposto para todos os municípios. Muito obrigada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vou passar a palavra ao Afonso, para responder as duas perguntas que foram feitas, depois passo a palavra ao José Maria.

O SR. AFONSO DALBERTO - Basicamente, a Professora de Colíder não fez uma pergunta, ela fez uma colocação da realidade do transporte escolar no Estado de Mato Grosso. Foi feito um convênio com a prefeitura de Colíder, pelo qual foi repassado um valor de R\$200.000,00 para a prefeitura, através de uma parceria, porque, como eu falei, todos os municípios estavam fazendo parceria para serem atendidos.

Existem algumas situações que não há como chegar lá e tentar resolver a forma ... Essa situação é realmente complicada.

Quanto à Secretária de Primavera do Leste, por mais que eu tenha quinze anos de amizade com a o Prefeito Érico Piana, até liguei para ele conversar com a Secretária, conosco, para definir o valor do convênio, até hoje isso não foi conversado. Então, vamos deixar as coisas claras, para não ter essa dúvida de por que não foi feito o convênio. Esse é um fato.

Quanto ao valor, é uma questão de sentar e ver o que o Estado pode, o que temos, qual é a situação atual. É preciso chegar a um valor. Quanto às parcelas, também é aquilo que falei no início, nós estamos buscando fazer o menor número possível de parcelas. No máximo, a última parcela que vamos liberar será em novembro, para que fique o mês de dezembro para prestação de contas, para ter uma facilidade maior para as prefeituras fazerem suas prestações de contas. Essa é a realidade.

Aproveito também, Deputada Verinha Araújo, para dizer que houve duas colocações interessantes, a da presidente do Conselho e a do Professor Júlio César, dois educadores que conhecem a realidade do Estado de Mato Grosso.

A alternativa, presidente do Conselho, tem que partir do Conselho. Vamos trazer alternativas para a mesa e vamos discutir alternativas. A senhora colocou diversas coisas, mas não veio uma alternativa. Vamos buscar alternativas. Existe uma alternativa possível? Existe. Alguns municípios têm atitudes que são reprovadas pelo Conselho. Eles trazem alunos de manhã, esses alunos estudam o dia inteiro, e reduzem o ano letivo para cem dias, não cumprem os duzentos dias letivos, como é a obrigação, conforme determina a lei. Essa é a solução encontrada, mas ela é reprovada pelo Conselho, segundo os municípios, mas muitos municípios estão tomando essa atitude porque é uma das saídas que estão encontrando para que a criança fique um tempo maior na escola e menos dentro dos ônibus.

O Professor Júlio colocou uma coisa clara. A presença na escola não é educação. O senhor colocou dessa forma. É verdade. É verdade, Professor Júlio. O senhor tem toda razão e conhece muito bem a realidade. Agora, é outra situação que tem que ficar clara. Nós teremos que nos sentar e colocar as situações necessárias.

Aquela senhora de Colíder colocou agora há pouco sua posição, dizendo que vai procurar a promotoria. Quantas vezes vimos na televisão prefeitos presos por falta de transporte escolar. Os prefeitos estão tomando essa atitude, estão gastando mais com o transporte, estão buscando soluções de todas formas em função da lei que os obriga a levar as crianças para as escolas. Não importa se são cem, duzentos ou trezentos. Ninguém está analisando isso, professor Júlio. Estão prendendo prefeitos. Essa é a grande realidade.

Outra colocação feita pelo senhor foi quanto ao valor do transporte. Essa é uma grande discussão que eu fiz com o Prefeito João, sobre o valor do quilômetro rodado. Desde o ano passado, o senhor coloca que o valor do transporte escolar é alto. As prefeituras, os secretários estão aqui e ouviram o Professor Júlio colocar isso, e já nos colocam uma posição totalmente diferente. E é uma discussão que o SINTEP tem quanto ao valor do transporte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Quanto a Carlinda, vamos deixar claro que nem sempre acontecem fatos em função da Secretaria de Educação. Em Carlinda recebemos duas escolas de madeira caindo, em péssimo estado. No final do ano foi feito um convênio com a prefeitura, mas infelizmente o tempo, com as chuvas da maneira como foram lá, e a prefeitura não teve como terminar a obra. Essa é a realidade. E todo mundo sabe a realidade das intempéries do clima neste ano em Mato Grosso e houve esse atraso, sim. É admitido que houve esse atraso. Não tem como discutir. O transporte escolar em Carlinda está sendo feito em convênio com a prefeitura e é outra discussão. O valor que a prefeitura estava discutindo era um valor impossível de ser cumprido. Agora, chegamos a um consenso, o prefeito estará vindo hoje ou amanhã aqui e isso está sendo trabalhado.

Agora, se nós estivéssemos com a mesma escola que estava lá, Professor Júlio, também não haveria aula, porque a escola teria caído. Com tanta chuva que caiu naquela região, ela cairia de qualquer forma. Então, a realidade da situação de Carlinda é essa.

Quando colocamos uma situação que está acontecendo ou deixando de acontecer, tem que se saber por que estão acontecendo alguns fatos.

Em Carlinda, se não tivesse sido feita a mudança, desmanchado a escola de madeira e feito em alvenaria, ela teria caído da mesma forma. Infelizmente, foi isso que recebemos em diversas cidades, não só em Carlinda, em 39 municípios do Estado de Mato Grosso. Inclusive, lá em Juína, cidade do nosso Deputado Ságua, que está aqui, foi prefeito de lá e sabe da realidade. Que alternativa? Se Deus ajudar, ela não cairá este mês, mas depois terá que ser derrubada também.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA - A primeira consideração que eu teria que fazer a respeito das indagações é que o fato de o Governo Federal estar fazendo esse aporte extraordinário no transporte escolar é sinal de que nós estamos intencionados em buscar a solução definitiva desse problema no Brasil, não só aqui no Estado de Mato Grosso.

Com certeza, esse problema não será resolvido pelo Governo Federal. Nós queremos e vamos contribuir, como estamos demonstrando com esse recurso que está encaminhado, extraordinariamente, para o transporte, mas os Estados e os municípios terão que participar dessa discussão, terão que cumprir a sua parte naquilo que a lei determina. Se aportarmos agora R\$251.000.000,00, isso significa que no próximo ano, com certeza, o recurso deve ser, se não mais do que isso, pelo menos isso, porque essa é uma discussão que estamos fazendo com a UNDIME e com os CONSEDs que já vem de datas anteriores, e eles apontam o problema do transporte como sendo um problema de estrangulamento na educação dos alunos que residem na zona rural.

Segundo a informação, João, a medida provisória determinou que o Estado pode fazer, se quiser, o repasse direto para o município, mesmo em relação àqueles alunos que constam do censo como sendo estaduais, mas que o município faz o transporte. Basta só o Estado autorizar o FNDE, que o FNDE faz o repasse direto para o município, como é o caso de Santo Antônio do Leverger, que tem, de acordo com o censo, só 85 transportados pelo município, mas que tem 1.177 constando como sendo transportados pelo Estado. Pelo que o João está dizendo, é o contrário. Vocês transportam mais do que 70%. Então, tem que ter uma articulação do município com a Secretaria de Estado de Educação, e o Estado tem que fazer o repasse...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. JOSÉ MARIA - Eu estou falando do recurso que o FNDE vai repassar. Agora, o Estado pode fazer o repasse direto ao município, é só autorizar o órgão. Professora Neusa, de Primavera do Leste, a senhora disse que 118 mil é o aposto da prefeitura para o programa transporte de Primavera do Leste. Primavera do Leste é o segundo município do Estado que mais vai receber recurso agora, este ano, do Governo Federal do FNDE. Devo dizer a senhora que se 118 mil são necessários, vocês vão receber mais do que isso. A partir de abril, agora, começam a chegar no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

município de Primavera do Leste 200 mil reais. 7.880 vão para a Secretaria de Educação do Estado, os outros 192 mil serão repassados direto para o município, de acordo com o número de alunos transportados por município. Então, é um benefício para o município de Primavera.

Os outros municípios do Estado que quiserem a relação dos seus recursos tudo direitinho, nós já temos esse material no escritório do Deputado Federal Carlos Abicalil. Encontra-se disponível. É só vocês ligarem que o escritório informa. Além disso, os municípios que estão com problemas de inadimplência aqui no Estado de Mato Grosso, também que já consta de um relatório nosso que está no escritório do Deputado Carlos Abicalil. Porque através dos convênios é que recebe outros repasses do Governo Federal, e se não acontecer a regularização não pode receber o recurso.

Acho que por enquanto era isso que me tocava.

O SR. AFONSO DALBERTO - só para esclarecer um fato. Santo Antônio do Leverger... O Estado, antes mesmo desse repasse, dessa situação, está repassando 210 mil reais para o município, sem contar que tem as escolas da serra que não fazem parte do convênio do município de Santo Antônio do Leverger, antes mesmo desse novo sistema de distribuição que vem de Brasília.

O SR. JOSÉ MARIA - Só um último comentário, Deputada Verinha Araújo... O Afonso colocou a respeito de recurso que vão ser investidos agora doze milhões e meio de reais através dos convênios com os municípios.....

O SR. AFONSO DALBERTO - Alguma coisa em torno de doze milhões e meio, treze milhões de reais.

O SR. JOSÉ MARIA - O repasse que o FNDE vai fazer para o Governo do Estado de Mato Grosso todo, incluindo os da Secretaria e dos municípios é em torno de seis milhões duzentos e vinte três mil reais, ou seja, um valor equivalente a 50% daquilo que o Estado está investindo diretamente.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou solicitar ao José Maria esses documentos para que nós possamos tê-los aqui na Comissão de Educação.

A professa Alaídes Alves solicitou a palavra, depois nós vamos voltar para o plenário.

A SR^a ALAÍDES ALVES - Eu queria fazer um esclarecimento. Na verdade o meu comentário foi no sentido de que eu jamais diria que nós temos que abolir o transporte escolar, porque isso nunca mais vai poder acontecer, não é possível, até porque tem realidades e realidades. E ele é o mal necessário - eu diria. Eu digo que é preciso minimizar os prejuízos ocasionados pelo transporte escolar. E, quando eu disse isso, eu disse que há necessidade de se discutir políticas públicas voltadas para o atendimento do aluno do campo no campo. Até porque nós sabemos, citei o exemplo de escolas que estão fechando as suas portas. E o Sr. Júlio César muito bem mostrou, eu quero agradecer pela fala dele, porque complementou aquilo que eu, infelizmente, o tempo não me oportunizou dizer, que temos que estar pensando em vários fatores que precisam ser refletidos e precisam ser melhor discutidos, que são os problemas sociais advindos de toda essa questão, essa polêmica do transporte escolar. Como por exemplo, a questão mesmo de que as escolas são, realmente, os espaços sociais das comunidades e à medida que se fecha uma escola, aquela comunidade deixa de ter esse espaço e isso vai ocasionar outros problemas maiores, como por exemplo, o êxodo rural.

Então, eu vejo que há necessidade de se discutir políticas públicas voltadas para o atendimento do aluno do campo no campo. Agora, isso passa pela autonomia da escola, passa pela autonomia das redes. Agora, uma questão que o Sr. Afonso coloca aqui, não é que o Conselho barrou ou impediu um município ou uma escola de implantar um projeto, como foi citado aqui. Esbarra-se é na própria LDB, na própria lei, nas leis que regulamentam a Educação no País.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A única questão que essa Lei... A LDB, a Lei nº 9.394, é uma lei que flexibiliza espaços escolares. Tem uma série de questões, a progressão, a promoção do aluno, a reclassificação, uma série de questões que aqui não vêm ao caso. Viria ao caso, mas não há tempo de se discutir. Mas, o que ela não flexibiliza é a carga horária de efetivos. Infelizmente, nós não temos como aprovar um projeto que venha a ser estabelecido ou que contemple um processo numa escola da zona rural que venha ligeirar ou que venha reduzir carga horária de efetivos.

Então, as nossas sugestões têm sido sempre outras alternativas, que também não dá tempo de explicarmos aqui, mas eu estava dizendo que é necessário que nós discutamos essas outras possibilidades, essas outras alternativas que também não venham ferir a lei, porque nós também não podemos contemplar, ou autorizar.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Ságua, o nosso amigo Zé Maria que hoje se encontra em Brasília exercendo um cargo importante no ponto de vista da educação no Brasil. É importante termos um mato-grossense num cargo federal. Eu acho que esse mato-grossense, conhecido nosso, lutador, uma pessoa que lutou muito militando no Sindicato, hoje, exerce um cargo em Brasília que é importante para o nosso Estado.

Cumprimento o João Márcio, Secretário da Prefeitura de Santo Antônio de Leverger; o Diretor Administrativo da Associação Mato-grossense dos Municípios; o Alaides, Presidente do Conselho; o Júlio César, Presidente do SINTEP; e o nosso amigo, Diretor do Fundo Estadual de Educação, neste ato representando a Secretária, Dr. Afonso.

Cumprimento também a Vereadora Enelinda Scala, de Cuiabá; os Secretários de Educação e Secretárias, enfim, os profissionais da educação que estão aqui.

Vou fazer uma fala que, inclusive, já foi objeto de discussão, na Assembléia Legislativa, minha e da Deputada Verinha Araújo. Eu vejo que transporte escolar, isso não é problema não só do Estado e do município, é um problema nacional... Portanto, isso tem que estar dentro de uma política como a que é tratada a merenda escolar, como a que é tratado livro didático. Tem que colocar o transporte escolar para ser tratado dessa forma, exatamente porque está tudo lá no FNDE, é lá que tem que ser tratado isso. Então, tem que ser política nacional.

Quando fomos Secretário, tivemos a oportunidade de fazer várias gestões ao Ministro da época, em cima dessa questão. Eu acho que transporte escolar tem que ser tratado como política nacional.

Eu fico preocupado. Eu disse que as coisas às vezes não melhoram, Deputada Verinha Araújo, e quando eu digo isso é porque Vossa Excelência sabe da nossa luta. Quando eu fui Secretário era o que mais nos perturbava também. A questão é que parece que os recursos estão vindo lá do Governo Federal. O que é salário educação? O salário educação é 2% que cada empresa que tem seus funcionários paga sobre a folha bruta de salário? Então, é um recurso nosso que tem que ficar no Estado, tudo! Mas não fica tudo em cada Estado.

Portanto, Zé Maria, são questões nós vimos levantando de longas datas, vimos discutindo há muito tempo, porque eu acho que nós temos que buscar. No nosso Governo nós não conseguimos. Oxalá, agora, no Governo do PT, nós consigamos trazer todo dinheiro do salário educação para Mato Grosso.

Eu fico, também, contente porque o José Maria colocou que o Estado de Mato Grosso era um dos três Estados, e foi o primeiro que fez uma lei de repasse do salário educação para os municípios. Eu fico contente porque fui autor dessa lei, nesta Casa. Com o apoio de todos os Deputados nós conseguimos fazer isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Eu manteria aqui dois aspectos. Eu gostei da fala do Júlio e da Alaídes com relação a buscarmos alternativas. E tem-se que analisar isso no aspecto econômico. Se nós formos fazer um levantamento, os nossos alunos hoje, no Estado, ficarão somente quatro horas por dias, com direito a mais duas horas de educação física. Quer dizer, o nosso aluno só pode ficar vinte e duas horas por semana em sala de aula. E nós temos aluno passando quase que um dia andando no transporte escolar. Então, isso tem que se revisto. Tem-se que buscar uma solução para isso, até porque eu conheço vários ônibus que fazem transporte escolar e nenhum, mas nenhum, se nós formos buscar a segurança que consta no Código Nacional de Trânsito, pode rodar. Nenhum. Quer dizer, nós estamos colocando os nossos alunos dentro de um ônibus que não tem a mínima condição de fazer transporte escolar.

É por isso que eu considero a solução colocada pela Alaídes quanto à questão de se buscar uma forma de segurar esse aluno mais próximo da sua casa, como é feito na cidade. O aluno é matriculado onde? Em um local mais próximo da sua residência. Talvez pudesse fazer uma distribuição dessas escolas e não acabar com o transporte escolar, mas melhorá-lo. Porque coloca-se dinheiro todos os dias no transporte e vemos o transporte sempre capengando. Todo ano é a mesma conversa.

Lembro-me que quando entrei na Secretaria, eu fui o primeiro a fazer convênio. Parece-me que eu fiz seis milhões no primeiro ano. Mas isso não resolvia, porque o prefeito chegava desesperado com aquelas planilhas que, ao olharmos, vemos que realmente é o custo que eles pagam, ninguém faz barato. Tem muito esquema na questão do transporte. Há município em que o transporte escolar é todo de vereador. Eu tive a oportunidade de acompanhar isso.

Então, tem muita coisa sobre o transporte, Sr. José Maria, que eu espero que o senhor que veio da base, que conhece bastante, possa fiscalizar melhor. Não adianta somente colocar o dinheiro. É preciso fiscalizar e dar um transporte de melhor qualidade aos nossos alunos. É a minha contribuição.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Deputado Carlão Nascimento.

Gostaria de convidar o Sr. José de Deus, de Querência, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto Assentamento São Manoel, que dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ DE DEUS - Boa-tarde, senhoras e senhores.

Eu sou de Querência, Presidente de Associação, e vim contar o que é o transporte escolar na área urbana de assentamentos.

O senhor falou, agora mesmo, sobre o êxito rural do trabalhador da agricultura por causa do transporte escolar. Hoje, nós temos um transporte escolar fraco, acabado, em nosso município.

O senhor vê, esse ano, no meu assentamento e no assentamento Brasil Novo, nós tivemos só quinze dias de aula, porque não tinha o transporte escolar. O ônibus nosso está quebrado há muito tempo, veio quebrado das férias, e agora também fundiu o motor, então, as crianças estão abandonadas, sem aula.

A distância das casas até a escola é no mínimo nove quilômetros, atravessando matas, um brejo que temos que divide o assentamento, de quinhentos e dez metros de largura. Nós vamos à Prefeitura para falar sobre o transporte escolar, e o Prefeito fala: “O Estado não passa recurso, o Governo Federal não passa recursos, e hoje estamos com aquele problema sério, com várias crianças, seus pais indo embora do assentamento por falta do transporte escolar”. É isso que estamos procurando... Eu vim aqui no auditório para ver que solução será dada para isso. É só isso e muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Com a palavra, o Sr. Márcio Faustino, da Escola Estadual José de Lima Barros.

O SR. MÁRCIO FAUSTINO - Boa-tarde a todos!

Eu faço parte de uma escola estadual do Município de Nossa Senhora do Livramento, onde temos transporte escolar. Acontece que temos um transporte escolar que faz uma rota, mas aí alguns pais de alunos encaminharam pedidos diretamente à escola, para fazermos um outro projeto saindo da comunidade chamada rio dos Peixes, passando por Buruti do Atalho.

Acontece que os pais de alunos, há uns quatro anos, reivindicaram, através do Prefeito do nosso Município, e o Prefeito falou que iria fazer uma escola pólo para atender esses alunos, mas o Prefeito não fez a escola e tem alunos de 16 anos que você pergunta a ele que série ele estudou e ele fala: “Eu parei na 4ª série, não tem jeito mais de ir pra frente, porque tem só uma salinha que a Prefeitura fez, nunca mais ampliou e tal.” Nós fomos até a Prefeitura, falamos com o Prefeito e ele disse que não dava para fazer o convênio para esse transporte. Pais de alunos encaminharam um ofício com abaixo-assinado de alunos e pais de alunos para a SEDUC neste ano e até hoje não tivemos resposta sobre esse transporte escolar.

O Governo Federal tem um programa que foi lançado, “Toda criança na escola”, mas só que no nosso município, até hoje, se formos analisar, não está acontecendo isso. Acontece que tem muitas crianças lá que não estão vindo à escola porque não têm transporte escolar.

É isso o que acontece no nosso município. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Pedro Santos Crema, Secretário Municipal de Educação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

O SR. PEDRO SANTOS CREMA - Boa-tarde a todos os componentes da Mesa.

Em meu nome, Pedro Crema, Secretário de Educação de Vila Bela da Santíssima Trindade, e do Prefeito Joel Pereira, também quero saudar todos os componentes da platéia.

Eu quero fazer alguns questionamentos acerca de diferenças que existem nos repasses.

O nobre companheiro José Maria - desculpem-me, fico nervoso porque não tenho o costume - disse que o repasse da União será feito sem convênio, do jeito que os senhores estão vendo aí na Medida Provisória.

Já, Afonso Dalberto, os repasses do Estado... Eu até fiz questão de pegar a relação de documentos, é uma relação grande, muitas vezes os alunos que temos que transportar - e dependemos muito desse repasse que o Estado faz para os municípios, se formos aqui às vezes dependendo dessas coisas aqui... Nós temos aqui alguns municípios inadimplentes. Eu nem sei se o meu está, não vou aqui garantir, mas eu gostaria que também o Estado fizesse uma relevância a esse respeito, para que agilizasse o repasse para os municípios, para não prejudicar o transporte, porque nós estamos aí tendo como prioridade os alunos que vão para a sala de aula.

E eu também digo que o transporte escolar não se faz pela metade. Ou você faz ou não faz. É diferente de outras coisas.

Outra questão, José Maria, que tenho que aqui colocar é a respeito do cálculo do valor do transporte. Veja bem, eu quero aqui colocar uma situação: nós temos cinco alunos para buscar a vinte quilômetros e temos trinta alunos para buscar a vinte quilômetros, é a mesma coisa? Se fosse só um aluno também seria a mesma coisa, ou não? Ou você acha que a promotoria quando vai fazer um julgamento de buscar, ele vai levar em consideração a quantidade? Não, eu acho que não. Então, eu acho que o valor, nesse caso, entre buscar um e trinta por essa quilometragem seria igual. Correto? Então, se você muitas vezes colocar o valor do transporte em relação ao indivíduo vai haver disparidade entre a distribuição de recursos, e também existem municípios com menos sorte. Como o caso de Vila Bela e outros aí, de estar lá na divisa da Bolívia e outros na divisa de Rondônia, não tem quase estradas pavimentadas. Muito diferente, talvez, de um Município como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Várzea Grande, de Cuiabá e outros em que a maioria das estradas em que é feito o transporte escolar é pavimentada.

Então, deveria também ser levado em consideração, é uma sugestão que estou dando, ao fato da quilometragem e de estradas pavimentadas ou não, na distribuição desses recursos para os municípios.

Eu queria perguntar também, Afonso, se essa medida provisória - espero que não - não irá interferir lá naqueles acordos que existem entre o Estado com os municípios com relação ao rapasse. Muito obrigado.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu vou pedir para a Mesa aguardar e anotar as perguntas para que nós possamos ouvir a todos, já que teremos Sessão às 17:00 horas e temos ainda quatro inscritos.

Professora Enelinda Scala, Vereadora. (AUSENTE.)

Raimundo das Graças, Presidente do Conselho Deliberativo do CAIC Pedra 90.

O SR. RAIMUNDO DAS GRAÇAS - Boa-tarde a todos, à Mesa, à Deputada Verinha Araújo.

Eu sou o Presidente do Conselho Deliberativo do CAIC Pedra 90.

É o seguinte: Falando em transporte, nós ficamos lá sem o transporte. Nós tínhamos uma Toyota, há oito anos, disponível ao CAIC. Agora em janeiro, não sei porque, tiraram a Toyota nossa. E aí nós precisamos fazer compras, o bairro é longe e a distância é longa.

Eu já fui na SEDUC várias vezes, com ofício, pedindo para que devolvam a Toyota. Não deram resposta e nem satisfação. Por que será? Por que nós somos de um bairro carente? Somos de longe? Cadê o Deputado que representa o Governo? Tem aí algum Deputado para eu pedir para ele? Tem algum Deputado que é do Governo?...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Não...

O SR. RAIMUNDO DAS GRAÇAS - Não tem! Então, eu peço à Deputada Verinha Araújo.

Simplesmente tiraram a Toyota. Portanto, aproveitando que a Audiência é sobre transporte, eu fiz a palavra. Muito obrigado a todos.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu disse que não tem porque o Líder da Bancada é o Deputado João Malheiros, que não está aqui. Nós somos da Bancada, mas não somos da Liderança. Ele é quem manda.

Com a palavra, o Sr. Sírio Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e, logo depois, o Professor Francisco Monteiro, como cidadão ele vai falar aqui hoje.

O SR. SÍRIO NUNES DA SILVA - Boa-tarde a todos.

Eu sou Sírio Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Eu vou colocar aqui uma proposta e gostaria até que essa proposta fosse anotada e fosse levada a sério. Os trabalhadores brasileiros têm sido conduzidos como um rebanho de ovelhas sem pastor. Em 1964, 80% dos trabalhadores viviam na zona rural. Hoje, parece que 80% ou chegando a 90% estão no setor urbano, amontoados, sem nenhuma condição.

Então, no presente, há uma tendência do retorno para a zona rural e era necessária uma política de assentamento desse povo que se dispõe a voltar para a zona rural. Além dessa disposição, há necessidade desse retorno, dessa desconcentração dos aglomerados humanos nos setores urbanos.

Então, ao invés de levar ônibus velho para transportar os alunos, levem escola. Levem escola para a zona rural, porque a escola vai dar mais estabilidade aos trabalhadores que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

dependem de seus filhos estudarem. Então, eu quero deixar isso como proposta, que os Governos Municipal, Estadual e Federal, se preocupem na estabilidade do homem no campo, dando todas as condições para que ele possa lá ser firmado e fixado no campo. Eu deixo como proposta. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Sírio, só para responder para o senhor que nós votamos aqui na Assembléia Legislativa, quarta-feira, o projeto de reestruturação da Secretaria de Transporte, que passou a ser Secretaria de Infra-Estrutura, que vai ter dois conselhos na Secretaria, o de Habitação e Saneamento, e de Transporte.

Nós apresentamos uma emenda para que o Sindicato que o senhor representa pudesse compor o Conselho de Habitação, que é justamente o setor da construção civil, mas, infelizmente, não foi aprovada. Os Deputados votaram contrários. Mas vou dizer ao senhor, que aqui representa uma entidade, que nós estamos mantendo contato para ver a possibilidade de, mesmo na condição de ouvinte, o senhor poder integrar o Conselho para lá, inclusive, defender essas questões como a que o senhor trouxe agora.

Com a palavra, o Professor Francisco Monteiro.

O SR. FRANCISCO MONTEIRO - Sr^a Deputada, Srs. Deputados e componentes da Mesa.

O meu questionamento é com relação ao transporte escolar, porque o prefeito não carrega os alunos das escolas estaduais ou vice-versa. Há locais em que não se carregam os alunos das escolas municipais, como vamos ficar? É obrigação, é dever do Estado levar educação em todos os recantos da pátria brasileira e, no entanto, nós temos casos verídicos que necessitamos resolver. São problemas cruciais, repassam o dinheiro, e se a escola tem autonomia administrativa, por que não fazer convênio com a própria escola? Não há necessidade de repassar para a prefeitura, para a prefeitura receber e repassar para a escola. São fatos verídicos já denunciados no Ministério Público, porque eu já disse para Vossa Excelência que tenho dois caminhos, o que não posso fazer no entendimento, eu vou para a Justiça, que é o local para achar solução.

Então, nós temos problemas.

Quando o Márcio falou do Faval, que eu conheço, que é da minha região, eu sei muito bem do que ele disse. Primeiro, porque o transporte é feito por vereadores. Os vereadores são donos das empresas transportadoras. Então, eu tenho que estar em comum acordo com o prefeito para fazer o transporte. Se eu não for companheiro do prefeito, eu não faço o transporte.

Eu estou falando isto, Professor José Maria, para levantar a questão em nível nacional e tomar as providências. Eu falo do Município de Nossa Senhora do Livramento, de onde eu tenho conhecimento, onde eu estou disputando a prefeitura e onde, realmente, eu sei que há necessidade de que sejam tomadas essas providências, nós temos problemas sérios, porque não se atende ao estudante.

Eu tenho 112 alunos fora da sala de aula e estou denunciando o Estado, porque são escolas estaduais; quanto às escolas municipais, eu estou denunciando o prefeito. É um direito que eu tenho como cidadão e, acima de tudo, por ter representado aquela comunidade.

Este é um direito que eu tenho, e fiz questão de falar. Eu pedi para a Deputada Verinha Araújo me dar a oportunidade de falar, para o senhor registrar, porque eu quero uma resposta para esses assuntos. Primeiro, o transporte é feito somente por vereadores. Toda empresa de transporte pertence aos vereadores, que são mancomunados, ou sei lá o que dizer, com o prefeito. Segundo, é que não se atende. O Estado repassa o dinheiro e fica naquela história: eu ouvi dizer, faz de conta que eu repasso o dinheiro para o senhor e o senhor atende a necessidade. O aluno não é atendido, a educação é de péssima qualidade, e as comunidades estão a ver navios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Eu acredito que há necessidade de uma resposta oficial, tanto do Governo do Estado, quanto do Governo Federal. O municipal eu nem coloco, porque eu tenho certeza, tenho comprovação de que alunos que não estudam nas escolas municipais não são transportados pelos ônibus que a prefeitura paga, sendo que o dinheiro não é da prefeitura. Hoje, eu ouvi seiscentos mil reais, parece-me que o senhor falou em seis milhões... Quer dizer, aumentou o valor do repasse. E também a questão do Estado, que repassa para o município e o município não atende à necessidade das comunidades. Eu acho que é uma questão sobre a qual deve ser tomada uma providência. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ainda tem duas pessoas para falar, não sei se elas já foram inscritas, o Paulo Henrique, do DCE da UNIVAG, e depois o Elias Bondespacho, da Escola Municipal Maria Arruda Müller, depois, nós passaremos a palavra para a Mesa.

Antes, Dr. Francisco, gostaria de informar que nós convidamos o Ministério Público para estar na audiência pública, porque sabemos que quando não se é atendido pela prefeitura ou pelo Estado, aciona-se o Ministério Público. E, muitas vezes, o Ministério Público, não tendo as informações, acaba penalizando... Por isso, nós pedimos a participação deles, mas, infelizmente, eles nos responderam que não poderiam participar e não enviaram nenhum representante.

O SR. PAULO HENRIQUE - Eu gostaria de agradecer à Deputada Verinha Araújo por essa iniciativa e cumprimento todos os componentes da Mesa em seu nome.

Eu resido em Cuiabá e estudo em Várzea Grande, por isso utilizo o transporte intermunicipal, que é uma vergonha. É uma vergonha termos que pagar R\$1,60 para andar num ônibus da empresa Garça Branca e passar medo... Eu fico com medo dentro daqueles ônibus, é banco caindo, vidro solto, e ainda pago R\$1,60. Não só eu, mas 70% de todos os alunos da UNIVAG que residem em Cuiabá, que usam esse transporte.

Gostaria de saber até quando nos submeteremos a essas empresas, até quando ouviremos o discurso de quando o aglomerado urbano for implantado isso vai melhorar. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Elias Bondespacho.

O SR. ELIAS BONDESPACHO - Boa-tarde a todos.

Estou achando que três minutos não serão suficientes para os senhores entenderem o problema da minha escola. Primeiro, porque ela fica no Município de Santo Antonio do Leverger e, ultimamente, para começarmos o ano letivo, que iniciou ontem, tivemos que ser atendidos pela prefeitura de Jaciara. Nós já ficamos sem entender... Espera lá, como vai ser isso? Aí, vem a pergunta do Sr. Francisco Monteiro: será que é porque não temos amizade com o prefeito que está acontecendo isso?

O Sr. Afonso falou que temos problemas e não trazemos alternativas. Às vezes, uma das alternativas é ouvir a comunidade, ouvir a realidade, porque nós temos alternativas. Por exemplo, a nossa alternativa... Nós somos de perto da Serra de São Vicente e não precisa a pessoa conhecer lá, basta assistir à televisão que todo dia se vê acidente. Nós moramos no lugar mais perigoso do Estado de Mato Grosso, e os ônibus que faziam o transporte escolar para nós eram verdadeiras sucatas.

A alternativa que a nossa comunidade achou, foi de a própria comunidade investir em compra de ônibus. E compraram ônibus novos, tiveram uns corajosos lá que compraram ônibus novos. Quando falaram aqui, não me lembro quem falou, que nenhum ônibus passou na vistoria, o nosso passou. Esses corajosos que compraram esses três ônibus, há uns quinze dias foram até a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Secretaria de Educação - por questões éticas não vou citar o nome - e disseram assim para eles: “Eu não mandei ninguém comprar ônibus”.

Então, a nossa Escola Maria de Arruda Müller, junto com a Escola Gustavo Dutra e a Escola Nagib Saad, da Agrovila das Palmeiras, e a Escola do Córrego do Ouro foram excluídas da prefeitura de Santo Antônio do Leverger.

O nosso Secretário de Educação está aqui, é o Sr. João Márcio... A prefeitura de Santo Antônio do Leverger não assumiu essa nossa escola, embora tenha fechado cinco escolas na região e mandado alunos para a nossa escola. Eles estão fazendo cadastro eleitoral, títulos de eleitor, lá dentro da nossa escola, mas assumir o transporte não. Então, viemos aqui porque nós queríamos uma alternativa.

No ano passado, nós começamos o ano letivo no dia 28 de abril, devido à questão do transporte escolar, e neste ano começamos ontem. E começamos com insegurança, porque dessas pessoas que compraram ônibus, uma até saiu, não vai mais fazer transporte escolar, pela insegurança que temos lá. De repente, tem que pagar dois mil e pouco reais pelo ônibus, mais motorista, combustível e tal, e o que ela estava ganhando lá não estava sendo suficiente. Ela preferiu sair e está trabalhando para uma cooperativa. Nós temos lá só três ônibus que prestam, que as pessoas compraram, e mais dois ônibus que chegaram para nós. Por isso, não tivemos aula nessa linha nem ontem, nem hoje, porque o ônibus no primeiro dia quebrou, ou seja, não começou.

Então, talvez a receita que não tínhamos - como disse o professor Chico Monteiro - é porque nenhum deles comprou ônibus, e não é amigo do Prefeito. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu só queria dizer que eu conheço a escola.

A Escola Maria Arruda Müller é, inclusive, uma escola vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. Ela fica numa curva. E depois quando mudou a rota da estrada, que a entrada é por Barão de Melgaço, retorno com uma única mão, eu não sei como a comunidade resolveu esse problema lá do transporte escolar. Mas, é uma comunidade que acompanhamos desde quando ela ainda era vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

No ano passado, houve demora para se ter o convênio. Depois foi firmado com a escola diretamente. E, agora este ano, eu vi na imprensa a luta para iniciar o ano letivo, recurso para Jaciara, que eu acho totalmente viável diante da geografia que está situada a escola, da distância. Então, é para vocês verem como essa questão do transporte é algo que com certeza esta audiência pública não vai finalizar a discussão.

Eu vou passar à Mesa, mas antes eu queria que o José Maria respondesse. Você disse que em abril, agora, já vai repassar o recurso direto à Prefeitura, não é? Esse recurso vai na conta da Secretaria de Educação ou vai na conta da Secretaria de Finanças? Como é que vai ser? Porque esse é um problema que as Secretarias também vão enfrentar. Quer dizer, como esse recurso vai chegar lá na Prefeitura? Quer dizer, ele vai chegar em abril? Ele é retroagido a que mês? Ele começa em abril ou é retroativo ao início do ano letivo deste ano? Estas são perguntas.

O SR. PEDRO SANTOS - Existe uma conta do PDDE, programa dinheiro gerado na Escola.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Fica uma sugestão. Depois o José Maria vai responder esta questão do repasse. Abril é retroativo? Quando e como é que vai ser o depósito? Ele é respectivo a quantos meses do ano? Se você já tem, inclusive, a lista com os municípios, o valor de cada município... Depois se alguém quiser, veja com o José Maria.

Em relação à SEDUC, Afonso, você tem quanto vai ser por município e quando vai ser finalizado esse convênio? Porque é uma questão que precisa ser respondida também. Em quantas parcelas e quando vai ser depositado esse dinheiro? Porque você já previu doze milhões.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu quero saber, assim, quando que faz o convênio, qual o valor de cada município, quantas parcelas, se é até novembro, se começa agora retroativo ao início do ano letivo... A essas perguntas eu gostaria que você respondesse.

Por último, José Maria, eu acho que é importante - você está ouvindo, até porque a medida provisória deve sofrer alguns adendos - se há possibilidade de rediscutir para o futuro essa questão do quilômetro transportado, não só em relação ao custo-aluno, mas o quilômetro transportado, tendo em vista muitas vezes o percurso diferenciado. Se há essa possibilidade que é uma reivindicação da UNDIME.

Você quer responder primeiro, João, ou quer passar a ele, e depois você fala?

O SR. JOÃO MÁRCIO - Só respondendo a questão que o Elias coloca.

As escolas de que ele falou são escolas estaduais. No Município de Santo Antônio de Leverger, no ano passado, celebramos o convênio com a SEDUC, mas não envolvia as escolas da serra.

Em 2001, celebramos o convênio envolvendo as escolas da serra; em 2002, esse convênio foi celebrado entre a SEDUC e diretamente com as escolas que são estaduais.

E aproveitamos a oportunidade para explicar.

Nós estadualizamos, Deputada Verinha Araújo. Nós ganhamos as escolas de Cuiabá, em 2001. E para não penalizar justamente as escolas, porque os recursos municipais são insuficientes para fazer o transporte, a escola que o Elias citou tinha, no ano de 2001, quinhentos e sessenta e dois alunos, apenas sete não dependiam do transporte escolar. Imaginem vocês ter uma escola que sobrevive exclusivamente do transporte escolar. Então, é um problema que vamos ter que discutir com mais tempo. Eu acho que o José Maria está ouvindo todas essas posições. Foi entregue um documento. É uma escola atípica no Estado de Mato Grosso. É uma região atípica, José Maria, como a própria Deputada já colocou.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Afonso Dalberto, depois o José Maria.

O SR. AFONSO DALBERTO - Perguntas da Deputada.

Os convênios estão sendo discutidos caso a caso com os prefeitos. Já foi liberada alguma coisa em torno de setenta, se já têm oitenta fechados, já foi liberada a primeira parcela. O número de parcela é até novembro. É uma questão de detalhe, cinco, seis...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quanto ao valor?

O SR. AFONSO DALBERTO - Do momento que assina o convênio até novembro, não importa o valor. O que importa... Aquele valor se ele tivesse dado em março ou abril, o valor é o mesmo. É uma questão só da distribuição a partir do momento que assina. Então, a partir do momento que assina começam a serem liberadas as parcelas até novembro. Provavelmente vamos fechar em torno de cinco parcelas, no máximo seis. Teve um outro caso de oito parcelas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Até quando pretende fechar?

O SR. AFONSO DALBERTO - Não. Eu pretendo fechar todos. A Secretária e eu pretendemos fechar no máximo até dia 10 de abril. É uma questão de contato até com próprios prefeitos. Nós estamos ligando para todas as prefeituras, buscando, discutindo valores. Existem alguns valores altos. Não tem como... São fora da realidade.

O prefeito de Barra do Bugres está aqui, nós já discutimos. Hoje, eu discuti com a Secretária sobre os valores. Nós estamos sentando para fechar os casos. É nesse sentido.

Bom em Vila Bela da Santíssima Trindade, a Secretária de Vila Bela da Santíssima Trindade colocou sobre a situação que o MEC tem a posição desse repasse. Essa é uma questão de lei. É uma medida provisória com suas determinações específicas que vai ser repasse. Não vai ser discutido convênio, e nem nada. Isso é uma posição parecida com a do salário educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Parecida! Não vamos misturar as coisas. O salário educação também é repassado a todos os municípios e à secretaria sem convênio, sem discussão. Então é parecido.

Quanto ao convênio do Estado, Secretário, essa documentação é uma questão de legalidade, não tem discussão. Ou tem a documentação ou não assina convênio com o Estado. O Deputado Carlão Nascimento foi Secretário lá, atuou muito tempo e está aí respondendo a um monte de processo por ter assinado convênio sem certidões, sem aquilo que é determinado pelo Tribunal de Contas e sem aquilo que é determinado pela legalidade.

Então, são posições claras, específicas. Não se discute. Não vou ficar aqui dizendo o que é possível ou o que não é possível, porque não existe possibilidade nenhuma. São recursos do Tesouro do Estado que são repassados aos municípios, e o prefeito vai prestar contas e vai ter que estar em dia com a documentação. Isso é uma coisa clara, é uma coisa lógica.

Isso, hoje, se você for a qualquer Ministério em Brasília, com exceção desse sistema que é uma lei específica, você tem que estar com a documentação em dia. Isso não é coisa do Governo do Estado de Mato Grosso. Não tem o que inventar.

Outra pergunta do senhor foi em função da medida provisória. Se muda aquilo que o Estado estava discutindo. Já foi discutido, já foi assinado, não nós não vamos misturar as coisas.

Esse repasse do Governo Federal para os municípios não interfere em nada nos convênios que estão sendo assinados pelo Estado com os municípios. Não interfere em nada, não tem nada a ver. Não está sendo discutido nada nós estamos fazendo os repasses.

Quanto ao CAIC, teve motivo, sim, para a Toyota ter saído dela. Houve motivos claros, específicos. Estão lá na administrativa jurídica da Secretaria, e teve seus motivos.

Outra coisa, a Toyota não está escondida em lugar nenhum, não. Ela está hoje num programa nosso, que é o SOS Carteira, nós estamos comprando... (ALGUÉM QUESTIONA DA PLATÉIA - INAUDIVEL.).

Não, os motivos estão lá. Estou falando. Estão lá à disposição. Estão lá os motivos. Eu não vou entrar em detalhes. Eu sei... Não fui eu que retirei. Então, teve motivos lá. Os motivos estão lá específicos.

Então, os motivos os senhores vêm lá com a área administrativa, com o Dr. Jonas, o pessoal lá pode verificar. Eu não vou responder aqui, porque eu não sei. Eu só sei que teve motivos.

Outra coisa, a Toyota e um caminhão do DVOP estão no Programa SOS Carteiras. Estão sendo adquiridos *kits* para consertar carteiras - tem muita parte de ferragem em perfeito estado e está sendo substituída a parte de madeira. Então, a Toyota está nessa situação.

Todas as escolas grandes como outras escolas também mereceriam estar com um veículo específico. Então, não vamos discutir esse assunto, mas ela teve os seus motivos para sair de lá, sim.

Outra coisa, o Sr. Francisco Monteiro já saiu daqui, mas ele colocou uma situação do faz-de-conta que o Estado repassa e do faz-de-conta que o município gasta. Pode estar acontecendo - eu não vou aqui dizer que não, porque é uma posição, uma colocação dele, é uma posição que ele vai ter que, depois lá na frente, dizer se é verdade ou não - do município não gastar.

Agora, nós não temos a brincadeira do faz-de-conta. Esse faz-de-conta de repasse, não existe essa brincadeira no Governo do Estado de Mato Grosso. Quando nós assinamos o convênio, nós pagamos 100% daquilo que foi assinado. O ano passado foi assim e este ano vai ser assim.

Então, essa colocação do faz-de-conta não cabe no nosso estilo de trabalho. E não vai acontecer. Pode ter acontecido. Mas o faz-de-conta é coisa que o Sr. Francisco Monteiro colocou, ele não está aqui, infelizmente...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ele foi para a Sessão...

O SR. AFONSO DALBERTO - Mas quanto ao Estado não é essa brincadeira.

O Transporte da Serra não fui eu que coloquei a posição, não foi conversado comigo sobre o comprou porque quis. Não foi! Mas eu vou repetir para os senhores que se a pessoa comprou pensando em alugar para o Estado ou coisa parecida é um risco que ela correu. Nisso, ele se transformou num empresário, e o empresário corre risco.

O convênio foi feito com a Prefeitura de Jaciara e existe uma dificuldade. O ano passado foi muito difícil fazer o convênio dentro da legalidade com as escolas, os senhores sabem disso, o diretor está aí e sabe disso. Foi uma coisa complicada, foi feito, foi transportado. Este ano foi feito com o produtor de Jaciara por uma questão de valores, de custo. Nós temos cento e trinta e nove municípios para atender e ficou um valor bem menor do que se fosse feito com as escolas, conforme foi feito o ano passado. Esse foi o motivo de Jaciara ser parceiro nosso e nos ajudar no transporte coletivo da Serra.

Agora, comprar um ônibus esperando alugar para o Estado, é um risco que qualquer empresário pode correr. Infelizmente, correu o risco e honrou. Essa é a realidade, vamos ser bem reais, vamos trabalhar dentro da realidade.

Deputada Verinha Araújo, eu continuo à disposição. Agradeço muito Vossa Excelência por nos ter convidado.

O transporte escolar é muito disputado nos Estados, nos Municípios e nas escolas. Existe muita coisa que não é real. Já melhoramos muito. Já buscamos muitas soluções. É difícil. É um valor altíssimo. Esse valor teria, como o Professor Júlio colocou, que estar sendo aplicado na área pedagógica, para outras soluções. Isso é verdade, verdade. Mas, infelizmente, a Promotoria, o Ministério Público tem mandado prender prefeito por causa do transporte escolar. Essa é a grande realidade. Dentro disso é que está acontecendo que cada dia que passa aumenta o valor. Dou um fato como real. Em Juara, uma família, com dois alunos para se buscar. O custo mensal do Estado, ou da Prefeitura, ou seja de quem for, é de mil quatrocentos e oitenta reais para buscar dois alunos. O salário do pai dos dois alunos é quatrocentos e cinquenta reais. Essa é a realidade do transporte escolar, determinação do Ministério Público para buscar os dois alunos. Essa é a realidade. Isso é o que acontece no transporte escolar.

Pai, seria melhor, melhor no sentido financeiro, que eu estou colocando claramente, que ele estivesse na cidade ganhando seiscentos reais por conta da prefeitura. Sairia mais barato financeiramente que buscar. Mas uma determinação do Ministério Público obrigou a buscar essas crianças, gastando mil quatrocentos e oitenta reais por mês. Isso é transporte escolar no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Antes de passar a palavra, ao Zé Maria, Afonso, no caso da Toyota da escola, eu não conheço o assunto, não sei o que aconteceu lá, por isso eu pedi que o senhor me respondesse quando essas escolas foram implantadas. Eu não sei se é o caso de lá, mas há, nos equipamentos da unidade, um carro. Então, se tinha, na época, uma Toyota, ele tinha uma função na escola, porque os CAICs são escolas que foram implantadas em tempo integral, com uma outra visão. Então, não sei se no caso poderia, do ponto de vista legal, ser retirado da escola...

O SR. AFONSO DALBERTO - É exatamente o que eu estou colocando, teve motivos. Agora, esses motivos vamos ter que ver na área administrativa com o Dr. Jonas, para resolver. Eu não vou entrar em detalhes disso aí. É exatamente isso que eu quero, vou chegar lá, vou ver, eu sei dos motivos, vou ver o que aconteceu, o porquê disso aí.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou me colocar à disposição

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. AFONSO DALBERTO - Eu prometo que vou ver isso para verificar os motivos pelos quais aconteceu essa saída de lá.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Depois eu vou me colocar à disposição do pai para que possamos resolver isto aqui. Está certo, pai!

Eu vou passar a palavra ao Sr. José Maria Rodrigues.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES - Primeira coisa, Deputado Carlão Nascimento, o Governo Federal não fica com um centavo sequer do salário educação. Todos os recursos que entram no caixa do Governo Federal, advindos do salário educação, retornam aos Municípios e aos Estados, através dos programas que o Governo Federal mantém. É por isso que o Governo Federal tem dinheiro para manter o programa da merenda escolar, que, apesar de ser pequeno, treze centavos por criança, atende trinta e sete milhões de crianças no Brasil, com um gasto de um bilhão e vinte e cinco milhões de reais por ano. Atende o livro didático, com um gasto de seiscentos milhões de reais por ano. Não existe dinheiro do Governo Federal advindo do salário educação parado no Tesouro do Governo Federal. A forma que o Governo Federal encontrou para essa nova repartição foi essa, exatamente para cumprir com a função social do Governo Federal, que estabeleceu o mínimo de repartição do recurso que o Governo arrecada.

Se fôssemos usar a lógica da sua reivindicação, que todo recurso do salário educação ficasse no Estado, imaginem qual seria a arrecadação do Estado de São Paulo, qual seria a arrecadação, por exemplo, do Estado do Amazonas, do Pará. Pois é, mas não pode ser assim, porque os Estados do Amazonas e do Pará também precisam receber recursos de dinheiro federal, além daquilo que se arrecada no Estado com o salário educação. Um dos papéis do Governo Federal é exatamente buscar a diminuição das diferenças entre as unidades da Federação. Essa forma de repartir o salário educação cumpre com esse objetivo.

Sabemos que ele está sendo avaliado, que o processo está sendo discutido com todas as entidades, mas, a princípio, é isso que está colocado pelo Ministério, pelo Governo Federal, com relação ao salário educação. Então, só para corrigir isso, que o Governo Federal não fica com o dinheiro do salário educação.

Com relação às diferenças dos municípios, não há possibilidade de atendermos os municípios de acordo com quilômetro rodado. Nós temos que estabelecer um critério que seja universal para os 5.560 municípios brasileiros. E não temos condições, não existe instituto no Brasil que consiga fazer esse levantamento por quilômetro quadrado para atender as diferenças individuais dos 5.560 municípios do Brasil. Então, qual é o critério que o Ministério considerou como sendo mais justo, que possa ser mais universal? É atender de acordo com o número de alunos transportados. Pode ser que depois nós consigamos montar um sistema, inclusive contando com a possibilidade do avanço da informática, para estabelecermos uma nova forma, um novo critério para poder fornecer esses repasses, mas, infelizmente, ainda não está na nossa visão essa possibilidade a curto prazo.

Com relação às denúncias que o Professor Francisco Monteiro colocou, inclusive eu respondi a ele: Se tiver recurso do FNDE que está sendo malversado em qualquer município, eu recebo as denúncias lá e encaminho para o nosso órgão interno do FNDE, e se o nosso órgão não resolver, não for competente para isso, o Ministério Público, o TCU e a Controladoria-Geral da União estão aí para resolver esses problemas. Pode ter certeza de que, se tiver problema, se for confirmada a irregularidade, o responsável vai ser punido.

É por isso, inclusive, que a partir deste ano de 2004, uma nova administração do Fundo e de um princípio utilizado pelo Ministro Tarso Genro, outros programas serão monitorados periodicamente. Os municípios não só receberão recursos e prestarão conta no final, como terão que dizer, também, no período do ano letivo, o que está sendo feito com o dinheiro que o Governo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Federal manda para os municípios, porque se tiver alguém gastando mal, nós vamos dar o dinheiro para quem gasta bem e atenda de fato os alunos que precisam ser atendidos.

A Professora Verinha Araújo perguntou sobre os repasses. A Medida Provisória saiu em março, e nós estamos oficializando a Resolução que determina todos os critérios, todas as formas e quantas parcelas receberão os municípios e os estados.

O que está definido, Professora, é que o recurso não vai mudar. O que estamos definindo é em quantas parcelas esse recurso vai ser repassado. Todo recurso, que foi colocado como disponível para o transporte escolar, será repassado no exercício de 2004, para que seja utilizado no exercício de 2004.

A primeira parcela deve acontecer em abril, porque estamos aguardando só a resolução ser publicada pelo Presidente do Conselho, que é o Presidente do FNDE, para que legalmente possamos começar a repassar para os municípios do Brasil todo.

Sobre a escola, a denúncia que foi feita na escola, vou encaminhar. De antemão, não é uma denúncia que trata de recurso que o órgão encaminhou para ser tratada no transporte escolar, mas, com certeza, vou fazer chegar lá no Ministério, no órgão competente para fazer com que ela seja encaminhada onde for necessária.

A Deputada Verinha Araújo já se colocou à disposição para acompanhar o problema.

Nós estaremos lá à disposição, Professora Verinha Araújo, para também monitorar essa questão aqui. Já acompanhei, em nível de imprensa, porque, embora estando em Brasília, nós acompanhamos a imprensa local aqui para, pelo menos, saber o que está acontecendo em Mato Grosso. Nós já temos acompanhado essa situação, e aquilo que nos foi entregue, que nos foi encaminhado, se pudermos ajudar lá em Brasília, vamos ajudar.

Acho que tenho que finalizar, Deputada Verinha Araújo. Gostaria de agradecer à Deputada, que é Professora, minha colega de rede municipal, minha colega de Sindicato, e dizer que estou à disposição dos mato-grossenses, assim como estou à disposição de todos. Lógico que os mato-grossenses irão receber um tratamento especial porque sou mato-grossense de nascimento, cuiabano de luta e de vida e porque estou lá para representar o Estado de Mato Grosso, mas estou à disposição dos brasileiros que precisam das ações que estou responsável lá no FNDE e das ações que o Ministério da Educação tem que implementar para poder estabelecer uma educação pública de qualidade.

Comunico aos senhores, não sei se tem conhecimento...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Você poderia falar rapidamente, José Maria, sobre a questão do uniforme escolar, como é que vai ficar, até para termos informações.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES - Temos ali programas de Educação de Jovens e Adultos, Uniforme e Saúde.

Assim, rapidamente, Saúde Escolar é um programa que começou em 2002, foi interrompido em 2004. Nós assumimos o órgão lá agora em janeiro/fevereiro e já determinamos que todos os municípios, um de cada Estado, que tiveram alunos triados em 2003, vão ser atendidos, irão fazer consultas e receberão óculos, aqueles que forem necessários. Aqui em Mato Grosso, Cuiabá entrou nesse programa porque eu estava lá e definimos que teria que ter pelo menos um município do Estado de Mato Grosso sendo atendido. Só Cuiabá, porque o recurso é extremamente limitado e nós tivemos que trabalhar com o recurso e não com a necessidade de atendimento. Para o ano de 2005, existe a possibilidade de, em executando bem essa parte do programa, o programa voltar e atingir um número maior de municípios.

Educação de Jovens e Adultos também é repasse direto para todos os municípios. Aqui no Estado nós tínhamos 09 municípios atendidos pela educação de jovens e adultos com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

repassa direto. Cuiabá não estava nesse rol e também definimos novos critérios para a ampliação desse programa, e conseguimos colocar mais 04 municípios, entre eles Cuiabá, Rondonópolis e, se não me engano, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger – eu tenho a lista aqui – e isso irá significar o dobro de recursos encaminhados para Mato Grosso para a educação de jovens e adultos agora em 2004, também com repasse direto, atendendo alunos que inclusive começaram no Programa Brasil Alfabetizado e vão ter a possibilidade de continuar os estudos em ciclos posteriores à alfabetização.

O Uniforme Escolar é um Programa determinado pelo Presidente Lula, porque ele já passou pela situação de não poder ir à escola porque não tinha roupa, então, ele quer que seja implantado esse programa. Nós temos 25 milhões e esse é um programa que está sob minha coordenação lá também e o Governo Federal, o Presidente e o Ministro já determinaram que executemos um programa piloto a partir do início de 2005 com alguns municípios, porque o recurso é extremamente limitado. Como o programa é piloto, vamos estabelecer alguns critérios para escolher os municípios que receberão o *kit*, um *kit* de uniforme escolar, com várias peças e o objetivo do programa é, além de vestir os alunos para diminuir um pouco a diferença, pelo menos visual, porque o aluno que vai à escola de chinelo de dedo ou aquele de tênis importado, ele tem um tratamento diferenciado e com o uniforme isso muda. Mas não é só essa parte que interessa o uniforme, é também de garantir a permanência e o acesso do aluno na escola, principalmente para aqueles, por exemplo, das regiões mais pobres do Brasil, que contam com apenas uma peça de roupa para ficar o ano inteiro, e com o *kit* de uniforme são várias peças que ele estaria recebendo.

Tem a dimensão sócio-econômica de gerar, quando o programa estiver implantado totalmente e distribuído para trinta e dois milhões de alunos no Brasil todo, duzentos mil empregos direto no Brasil todo, movimentar a indústria têxtil no Brasil, sobremaneira.

É também determinação do Presidente que esse processo de construção do programa do uniforme escolar atenda inclusive na fabricação dos uniformes as regiões do Brasil todo. Então, quando o programa estiver implantado vai inclusive possibilitar no Estado de Mato Grosso ou na região Centro-Oeste a confecção direta dos uniformes que serão utilizados aqui no Estado e na região Centro-Oeste. Em síntese, é isso.

Mais uma vez estou à disposição dos mato-grossenses, professora, Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságuas, estamos disponíveis lá, Afonso, da SEDUC, naquilo que pudermos contribuir. Muito obrigado. Um abraço a todos e a todas.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o professor Júlio César.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Eu quero agradecer mais uma vez o convite por estar aqui.

Dizer que acho importante este debate, e penso que devemos aprofundar a discussão da questão educacional, principalmente os aspectos pedagógicos que, infelizmente, não tivemos a oportunidade de debater.

Mas acho que é importante também, nesta discussão, que parece Estado e município serem concorrentes, que aprofundemos a discussão sobre o sistema único de ensino. E aí eu acho que, muito além do que foi a experiência de gestão única, infelizmente o que temos para poder narrar dessa experiência talvez seja melhor esquecer do que realmente trazer como referência.

Mas eu quero colocar aqui, o Afonso fez umas duas ou três provocações, no bom sentido, para saber qual é a contribuição que nós temos nessa questão.

Nós temos a contribuição que é feita através do Conselho Estadual de Educação, na resolução que trata da questão da educação no campo, em Mato Grosso. E nem a resolução do Conselho Nacional, nem a resolução do Conselho Estadual estão sendo cumpridas, porque se elas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

fossem cumpridas nós não teríamos alunos levando o tempo que estão levando dentro de ônibus e fazendo os percursos que estão fazendo.

Nesse sentido, José Maria, quanto aos critérios da dimensão das distâncias, eu acho que o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação têm responsabilidade, inclusive, de estabelecer, como critério para distribuição dos recursos para transporte escolar, o cumprimento da resolução do Conselho Nacional ou do Conselho Estadual sobre isso aí.

Na verdade, o que estabelece lá, a lógica da educação no campo, a distância, o período que o aluno poderia permanecer dentro do ônibus, se isso fosse seguido, nós não estaríamos vivendo a situação que nós estamos vivendo hoje. E não cabe ao sindicato, não cabe ao Conselho, eu me sinto à vontade para defender o Conselho Estadual de Educação, fazer a execução e aplicação da lei. Cabe ao Governo do Estado, é responsabilidade do senhor Governador Blairo Maggi, delegada à Deputada Ana Carla Muniz e a quem mais ache que seja também a sua responsabilidade dentro do Executivo.

Naquilo que teríamos que contribuir, nós contribuimos, demos a nossa participação efetiva. Aliás, a relatoria, dentro do Conselho Estadual, sobre educação no campo em Mato Grosso, coube à Conselheira Tânia Pasqualine, que era diretora do sindicato na ocasião. E penso que nós cumprimos com a nossa obrigação ao sugerir uma dinâmica capaz de respeitar a necessidade e o direito que cada um tem na educação, e capaz de respeitar também as condições humanas, as condições cognitivas, principalmente da criança e do adolescente, nesse período de sua história e nessa experiência educacional.

O que nós esperamos agora é que sejam cumpridas, pelo Estado e pelos municípios, as suas resoluções, e penso que o Governo Federal e o FNDE têm uma responsabilidade muito grande, estabelecendo, inclusive, isso como critério para distribuição dos recursos. Obrigado.

O Sr. Afonso Dalberto - Deputada Verinha Araújo, se nós ficarmos aqui discutindo, vamos até madrugada...

A Sr^a VERINHA ARAÚJO - Eu quero saber se o senhor vai continuar na Secretaria de Educação.

O Sr. AFONSO DALBERTO - Depende do Governador, eu tenho... Na verdade, é o seguinte: o Governador colocou claramente que eu estava sendo remanejado para a Secretaria de Transportes. Ele não me convidou, não determinou, ele falou exatamente isso, e como ele colocou isso, não cabe mais discussão da minha parte, dizendo se eu posso ou não, se eu devo ou não, se eu vou ou não. Eu sei que estou sendo remanejado, isso vai acontecer, talvez aconteça esta semana, assim como ele pode, a qualquer momento, dizer: "Afonso, você vai continuar na Secretaria de Educação". Essa é a realidade.

Mas discutir com o Professor Júlio César não cabe. São diversas situações... Na verdade, Professor Júlio César, vou repetir para o senhor: tudo aquilo que está escrito, o Ministério Público faz o que quer, manda prender prefeito, manda prender todo mundo. É verdade e acabou!

Então, a situação...

(O SR. JÚLIO CÉSAR FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. AFONSO DALBERTO - É verdade! Está mandando, está mandando. Vai buscar a 150 quilômetros, a duzentos quilômetros, e manda apreender. É verdade o que acontece e acabou! Hoje, se você pegar isso que você fala que está escrito ou coisa parecida, ninguém, nem o Estado, nem a União, nem os municípios, vão tomar as decisões, porque a realidade é outra. Nós temos que viver, na realidade, lá no município, lá no campo, lá no grotão onde você mora, em Colíder, que é a grande realidade. E você sabe disso melhor. Então, tem uns discursos que não cabem neste momento. Essa é a grande realidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

José Maria, na Secretaria de Educação, a Sr^a Ana Carla, o Sr. Máximo, o Sr. Ivan, toda equipe está à disposição para discutirmos. Nós temos muita coisa para avançar na educação do Estado de Mato Grosso, muita coisa para avançar em todos os sentidos, e precisamos de parceria, trabalhando em conjunto, buscarmos aquilo que é melhor para a educação. É isso que nós precisamos.

Como a Deputada Verinha Araújo falou, pode ser que esta semana eu deixe a Secretaria de Educação, mas estarei ligado diretamente à Secretaria de Educação, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Justiça e a outras secretarias, e à disposição, evidentemente, de todos os Deputados, de todos os secretários municipais e prefeitos, para que busquemos aquilo que o Estado de Mato Grosso merece.

Deputada, muito obrigado pelo convite. Estarei lá sempre à disposição de Vossa Excelência e de todos os Deputados, para tentarmos trabalhar de mãos dadas por um Estado melhor.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaria de agradecer a todos os secretários e secretárias, autoridades, representantes de sindicatos e de associações que estão aqui, à população em geral, Conselhos Deliberativos, técnicos da Secretaria de Educação. Gostaria de agradecer também ao Sr. Arnaldo, prefeito de Barra do Bugres, que chegou aqui, e aos Deputados que por aqui passaram e aos que ainda se encontram presentes, o Deputado Carlão Nascimento e o Deputado Ságuas.

Gostaria de agradecer também ao Sr. João Sartori, da Associação Mato-grossense dos Municípios; ao Sr. João Márcio, da UNDIME; ao Professor José Maria, representando o Ministério da Educação; ao Sr. Afonso Dalberto, que está lá na Secretaria de Educação, mas que está indo para a Secretaria de Infra-estrutura; ao companheiro Júlio César, do SINTEP; à Professora Alaídes Alves Mendieta, do Conselho Estadual de Educação.

Quero dizer, Afonso, que tudo o que está na lei, fomos nós que construímos. A Constituição Estadual, a LDB, a Lei Complementar nº 49, a Lei Complementar nº 50, isso foi construído a várias mãos, e hoje nós temos que ter uma referência, e as referências são essas legislações. Nós precisamos avançar. É o Sistema Único de Ensino? É o regime de colaboração? Nós teremos dois fóruns, agora em abril, que é o municipal, de Cuiabá - a Professora Helena está aqui com o companheiro Romeu - e vamos ter o fórum da UNDIME, avançando nesse sentido. Esse é o nosso horizonte. Na verdade, muitas vezes, o que queremos construir tem que respeitar as legislações.

Agora, para finalizar, gostaria de dizer o seguinte: peguem o telefone do companheiro José Maria, porque ele terá que redistribuir os municípios nesses programas aí, senão... O pessoal de Várzea Grande já está cobrando aqui. Então, eu agradeço a todos. Eu sou uma defensora do uniforme gratuito. Eu apresentei esse projeto na Câmara de Cuiabá e apresentei também aqui na Assembléia Legislativa, mesmo havendo o programa do Governo Federal, que não é suficiente, é preciso avançar... O José Maria já está deixando o telefone dele: é 61-212-4707, lá do FNDE.

Gostaria de dizer que fizemos este debate sobre transporte escolar e estamos compondo a Comissão de Educação, não mais na presidência, mas vamos fazer outros, vamos participar de outros fóruns. Muito obrigada.

Eu quero que a Secretaria de Educação disponha os convênios aos municípios, os valores por município, nós vamos acompanhar a realização, do FNDE já temos aqui, vocês podem pegar depois o valor por município. Eu agradeço a todos e a todas. Agora, teremos uma Sessão Ordinária no plenário. Muito obrigada.

Declaro encerrada esta audiência pública (LEVANTA-SE A AUDIÊNCIA).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O MODELO ATUAL DE
TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves
 - Cristina Maria Costa e Silva
 - Donata Maria da Silva Moreira
 - Regina Célia Garcia
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr
 - Rosivânia Ribeiro de França
 - Tânia Maria Pita Rocha
 - Isabel Luíza Lopes
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques
 - Ana Lúcia Bigio
 - Ila de Castilho Varjão
 - Laura Yumi Miyakawa